

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA-UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO – CCJ

EURIDICE JORDÃO DIAS DE SOUSA LOPES

**A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS PETROLÍFEROS E OS DIREITOS
SOCIAIS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCÍPE**

FLORIANÓPOLIS

2016

EURIDICE JORDÃO DIAS DE SOUSA LOPES

**A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS PETROLÍFEROS E OS DIREITOS
SOCIAIS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado no curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Direito.

Orientador: Humberto Pereira Vecchio

FLORIANÓPOLIS

2016

EURIDICE JORDÃO DIAS DE SOUSA LOPES

**A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS PETROLÍFEROS E OS DIREITOS
SOCIAIS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCÍPE**

Trabalho de Conclusão de curso aprovado no curso de Graduação em Direito da Universidade
**Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel
em Direito.**

Banca Examinadora:

Prof.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

.....
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, de de 2016

Este trabalho é dedicado à minha família e ao meu namorado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente, a Deus pela força e saúde que me permitiu realizar este sonho longe da família.

Aos meus pais, José Dias e Helena Moreira, pela vida, amor, carinho, exemplo de carácter, todo o sacrifício e dedicação feito nestes anos.

Ao Daniel Cândido, pelo incondicional amor, me compreendendo nos momentos de ausência, e por ter me acompanhado com paciência, no decorrer deste curso.

Aos meus irmãos, Wistanley Dias, Kátia Dias e Elinizete Dias, que mesmo distante me apoiaram nessa longa jornada.

Aos meus sobrinhos, Wini, Kiara, Rafael, Luana e Fábio, que trazem sorrisos e uma imensa alegria.

Ao meu padrinho, Simão Carvalho, pela força e o imenso reconhecimento por tudo que fez e faz na minha vida, essa luta também devo a ele.

Aos mestres que me conduziram durante a graduação, por todos os ensinamentos, incentivos e aprendizado jurídico.

Agradeço a meu orientador, Professor Dr. Humberto Vecchio, pela oportunidade, orientação, incentivo, apoio e paciência possibilitando a realização deste trabalho.

Aos meus amigos, Ivanise Menezes, Sandro Constantino e Dunete Lima pelo tempo dedicado, dividiram comigo não só as angustias do curso de Direito, mas também todos os momentos de felicidade.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram ao longo dos anos para o que me tornei e para o resultado final deste trabalho.

Obrigado.

“O melhor negócio do mundo é uma empresa de petróleo bem administrada, o segundo melhor uma empresa de petróleo mal administrada.”

-John Davison Rockefeller, 1870.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo fazer uma abordagem sobre atividade petrolífera em São Tomé e Príncipe, o Tratado de Exploração Conjunta com o governo Nigeriano, através do advento da Lei 8/2004, de 30 de dezembro. Serão apresentadas nessa abordagem a geopolítica e a importância energética do petróleo, através dos princípios boa governação e transparência que norteiam um desenvolvimento efetivo. Uma análise deste trabalho é sobre a incidência social do petróleo, a sua contribuição no desenvolvimento económico sustentável de São Tomé e Príncipe, que pouco tem contribuído na redução da pobreza e na melhoria de qualidade de vida dos são-tomenses.

Palavras-chave: Petróleo. Exploração Conjunta. Transparência. Boa Governação. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This course conclusion work aims to make an approach to oil activity in Sao Tome and Principe, the Treaty of Joint Development with the Nigerian government, through the enactment of Law 8/2004 of 30 December. Will be presented this approach to geopolitical and energy importance of oil through the principles good governance and transparency that guide effective development. An analysis of this work is about the social impact of oil, its contribution to the sustainable economic development of Sao Tome and Principe, which has contributed little in reducing poverty and improving quality of life of Sao Tome.

Keywords: Oil. Joint exploration. Transparency. Good Governance. Sustainable development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC- Autoridade de Desenvolvimento Conjunto

ANP- Agência Nacional do Petróleo

BCSTP- Banco Central de São Tomé e Príncipe

CGG- Comissão do Golfo da Guiné

CMC- Conselho Ministerial Conjunto

CNUDM- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

ERHC- Environmental Remedial Holding Company

FMI- Fundo Monetário Internacional

GEEAC- Comunidade Económica dos Estados da África Central

GRIP- Gabinete de Registo e Informação Pública

ICDIN- Centro Europeu Desenvolvimento da Gestão Política

ITIE- Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas

INE- Instituto Nacional de Estatística

MLSTP- Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

ONU- Organização das Nações Unidas

ONGC- Oil and Natural Gas Corporation

OPEP- Organização de Países Exportadores de Petróleo

PNUD- Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

RDSTP- República Democrática de São Tomé e Príncipe

ZDC- Zona de Desenvolvimento Conjunto

ZEE- Zona Económica Exclusiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. INDÚSTRIA PETROLÍFERA E GEOPOLÍTICA AFRICANA.....	14
1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	15
1.2 GEOPOLÍTICA AFRICANA DO PETRÓLEO.....	26
1.3 ATIVIDADES PETROLÍFERAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	29
1.4 TRATADO DE EXPLORAÇÃO CONJUNTA ENTRE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E NIGÉRIA.....	32
2. A IMPORTÂNCIA ECONÓMICA DO PETRÓLEO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	35
2.1. LEGISLAÇÕES NACIONAIS SOBRE A EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO.....	36
2.2. PRINCÍPIO DA BOA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA NO SETOR PETROLÍFERO.....	38
2.3. INCIDÊNCIA SOCIAL DO PETRÓLEO NO TERRITÓRIO SÃOTOMENSE.....	42
3. DESAFIOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	44
3.1 ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA AUTORIDADE CONJUNTA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E NIGÉRIA.....	46
3.2. CONTRIBUIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DO PAÍS.....	49
3.3.PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS SOCIOECÔNOMICAS DO PAÍS.....	54
4. CONCLUSÃO.....	58
5. REFERÊNCIAS.....	61
ANEXOS.....	67

INTRODUÇÃO

A importância do petróleo no quadro das fontes de energia condiciona as políticas energéticas e económicas dos Estados detentores de monopólio, visto que o petróleo implica um complexo de capitais, e é com efeito, objeto de possibilidades de corrupção, desvios, apropriação individual de recursos destinados ao povo.

Na sequência das duas grandes guerras mundiais, foi possível a confirmação da natureza estratégica do petróleo, contudo foi na guerra fria que houve mudança no âmbito da exploração dos recursos naturais petrolíferos.

Um grande tema nas relações internacionais e com repercussões no campo do direito é do mercado petrolífero, uma vez que, o petróleo é um recurso de grande influência nas relações geopolíticas, e é considerado como plano fundamental de desenvolvimento da economia moderna dos Estados.

Não há dúvidas, que o continente africano experimenta uma nova onda de exploração energética num momento em que a China e os Estados Unidos estão competindo pelo acesso a seu petróleo. Uma vez que a metade das reservas mundiais petrolíferas estão localizadas no Golfo da Guiné. (CAMACHO, 2003, p.1)

Tema principal deste trabalho é a atual importância do petróleo e os efeitos sociais atuais da exploração quanto à realidade económica e social de São Tomé e Príncipe.

São Tomé e Príncipe situa-se numa região em que existem vários países que são produtores do petróleo. Contudo, esses países ainda não conseguiram implementar políticas direcionadas para a melhoria das condições de vida da sua população. O fraco impacto positivo da exploração do petróleo tem sido favorável às populações; muitos são os casos de fracasso de países que têm imensa riqueza mineral.

O processo de exploração petrolífera no país começou de uma maneira pouco clara, em que na maioria das vezes os interesses individuais foram sobrepostos aos interesses da nação. O bônus de assinatura petrolífera contribui para a estabilidade económica do país, porém o preço do petróleo está em baixa no mercado, diminuindo assim os investimentos para exploração e produção de petróleo em águas profundas.

Os objetivos da presente pesquisa são o de esclarecer as relações bilaterais entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria, analisando o Tratado de Exploração Conjunta, e consequentemente os seus efeitos, e benefícios, seja sua esfera jurídica, quanto na esfera social. Para tanto, importa a análise dos princípios da transparência e boa governação no setor petrolífero, pois são elementos essenciais ao processo de desenvolvimento do País.

No primeiro capítulo serão analisados a indústria petrolífera, desde sua origem, até a atividade petrolífera em São Tomé e Príncipe, a adoção de um acordo comum com o governo nigeriano no setor petrolífero, “tratado de exploração conjunta” e a geopolítica africana.

Verifica-se que no final do século XX, o cenário internacional vem se tornando complexo através do aumento da disputa pela posse dos recursos naturais, em especial o “Petróleo”, que não deixou de ser o recurso mais cobiçado, seja como fonte de energia ou de matéria prima, as recentes descobertas de reservas de energia petrolífera no continente africano fizeram com que este continente tivesse a sua importância aumentada no cenário internacional.

No segundo capítulo será discutida a importância econômica do petróleo em São Tomé e Príncipe, as legislações nacionais e o advento da Lei complementar nº 8/2004, de 9 de dezembro, analisar os princípios da boa governança e transparência no setor petrolífero como pré-condição para um desenvolvimento efetivo, sua incidência social, haja vista a fraca capacidade de governação e baixo nível de transparência dos negócios relativos aos recursos naturais e dos rendimentos deles provenientes.

O terceiro e último capítulo concluirá o trabalho, e se debruçará sobre os desafios para um desenvolvimento sustentável, indicando os aspectos positivos e negativos do acordo comum, sua contribuição no desenvolvimento econômico do país, sendo que, com crescimento econômico do país, espera-se que muito vai contribuir na diminuição da pobreza e no aumento da qualidade de vida dos são-tomense, em seguida analisando as perspectivas das políticas socioeconômicas do país.

O trabalho será realizado por meio do método de procedimento monográfico.

A pesquisa, por sua vez, será realizada por meio do método de pesquisa bibliográfica e documental, a qual inclui publicações, revistas, livros, entre outros.

1. INDÚSTRIA PETROLÍFERA E GEOPOLÍTICA AFRICANA

O petróleo, ou mais especificamente a indústria de petróleo, é essencial para a economia mundial e para política internacional, uma vez que, conseguiu suportar a demanda de energia exigida no período das duas grandes guerras mundiais, substituindo o carvão no abastecimento do poder militar.

PENNA (1970, p.16-17) em um retrospecto histórico, define a indústria do petróleo da seguinte forma:

[...]complexo de muitas atividades variando desde a pesquisa do mineral em seus depósitos naturais até a distribuição de produtos refinados. O petróleo precisa ser encontrado no subsolo, ser extraído de seu reservatório natural para a superfície onde será manufaturado em mais de mil produtos diferentes, que serão transportados para os mercados e, num último estágio, vendidos aos consumidores do mundo inteiro. Petróleo cru e gás natural se localizam, de modo geral, em subsolo de origem sedimentar, numa certa posição geológica

YERGIN (2010, p.50) comenta que a “indústria petrolífera é a maior usina mundial que mais contribui para maior percentual de comércio internacional, tanto que o seu poder de influências é universal e afeta todos os países em que se verifica a sua fabricação e extração, ou seja, no final do século XIX o petróleo já dominava e governava a economia internacional”.

Em tempos de guerra, o petróleo era objeto de disputas¹ entre grupos internacionais, dada a sua predominância na utilização nas operações militares da primeira guerra mundial.

Todavia, afirma YERGIN (2010, p.80) sobre expectativas pela demanda mundial do petróleo que:

Nenhuma indústria se oferece tão vasta em ramificação, tão essencial à economia mundial e tão vinculada à economia internacional quanto a indústria de petróleo, cuja expansão, sem confronto na história, não só conseguiu suportar a vertiginosa demanda de energia exigida pelos programas de reconstrução industrial do pós-guerra, como também a que sucedeu ao seu subsequente crescimento

A partir do século XX, o petróleo passou a ser utilizado como combustível e tornou-se cada vez mais importante. No momento presente, é usado na produção de energia para os meios de transportes, sem qual a nossa sociedade não conseguiria subsistir.

¹ Era muito importante na estratégia bélica na primeira guerra mundial.

É importante frisar que a procura do petróleo vai continuar a crescer nos próximos 20 anos, e por sua vez, é presumível que esses recursos não consigam dar resposta a este crescimento da procura (KLARE, 2008, p.146-147).

De fato, pode-se dizer que toda a economia está dependente dela, e a sua escassez afetaria a economia mundial de uma maneira drástica.

Desta maneira, com a lição acima, percebe-se que com o crescimento populacional e com a competição econômica e com o aumento dos padrões de consumo, vai haver um rápido esgotamento dos recursos naturais e o crescente risco de conflito em torno dos estoques que restam.

1.1 Aspectos Históricos

A origem da indústria de petróleo se deu nos EUA, a partir da descoberta de petróleo por Edwin Drake em um poço em Tuttsville no estado de Pensilvânia, no final do século XIX. Assim, foi coronel Drake que descobriu o recurso que marcaria a história mundial, tanto no nível econômico como o social como relata PENNA (1970, p. 21-22):

Drake se instalou na Oil Creek Valley, em maio de 1858, iniciando a busca do petróleo com aparelhos rudimentares de perfuração e turmas de operários improvisados. Finalmente prosseguindo os trabalhos sem que ninguém tivesse percebido, no entanto, que a broca havia escorregado algumas polegadas numa fissura.

No domingo, embora a equipe não trabalhasse, “Uncle Billy” foi até o poço, numa inspeção de rotina. Ao examinar o interior da tubagem, não teve dúvidas: havia encontrado petróleo.

ODELL (1970, p.8) em seu livro intitulado “Petróleo e o Poder Mundial” afirma que o petróleo teve grandes destaques em todos os jornais mundiais desde o final da Primeira Guerra Mundial, à medida que as economias e os sistemas de produção foram paulatinamente sendo moldados a partir dessa nova fonte energética.

Contudo, com essa descoberta de petróleo nos Estados Unidos, o mundo se deparou com a possibilidade da nova matriz energética viabilizar novas invenções e o maior desenvolvimento da própria humanidade.

Isto porque, o contexto que se vivia era de revolução industrial, e o petróleo surge como um milagre, dado que a base energética na época era carvão mineral utilizado apenas para queima e combustão.

Nesse seguimento, PENNA (1970, p.25) leciona que o ciclo comercial do petróleo começou nos Estados Unidos no ano de 1849, mas foi na década de 1950 que “ficou sendo conhecido como óleo de iluminação para munir as torcidas de lamparinas, em substituição ao perigoso camphene, líquido composto de álcool e essência de terebintina redestilada.”

Nesse caso descreve que “(...) tanto que após dez anos da descoberta do coronel Drake, a produção de petróleo passava-se de 500.000 barris para 4.250.000 barris/anuais” (PENNA,1970, p.23).

Durante esse período, a indústria começou a estruturar-se através do empresário John Davison Rockefeller, que inovou o setor de petróleo, criando assim a maior companhia de petróleo do mundo: Standard Oil Company.

No que tange à sua organização como uma grande indústria, BERGIER (1975, p.38) na sua obra ‘A guerra secreta do petróleo’ assim coloca:

[...] em 1870 certo Jonh D. Rockefeller se associa a alguns personagens extravagantes para fundar a Standard Oil Company of Ohio, cuja ideia de partida é a seguinte: oferecer ao público produtos de qualidade, produtos Standard, em lugares dos milhares de variedades desiguais encontradas no comércio.

Ideia nº 2: adquirir o controle progressivo de tudo o que tem ligação com petróleo, desde as empresas de perfuração até os organismos de venda ao varejo, passando pelo transporte e pela refinação, de modo a não poder ser vítima de nenhum meio de pressão.

Ideia nº3: racionalizar a produção do mercado de petróleo, forçando, por todos os meios, persuasão, ruína, violência, as outras sociedades a se unirem a ele.

Isto resultou, aos 2 de janeiro de 1882, na criação da Standard Oil Trust, formada da fusão de quarenta companhias que entregam seus destinos às mãos de Rockefeller. Em 1897, o truste toma o nome de Standard Oil of New Jersey e se torna a companhia mais poderosa do mundo.

Com a leitura dos precedentes colacionados, resta demonstrado que a Standard Oil foi a companhia precursora do padrão de grande organização industrial internacionalizada, que tão fundamental foi para o desenvolvimento da economia capitalista moderna no século XX.

Considerando a valia que o petróleo tinha nessa altura, esse recurso representava o aumento das economias estatais, sendo exemplo disso, o Estado Norte Americano “berço do petróleo”, que desde o início do século XIX, começou a se afirmar como a grande potência hegemônica mundial, uma vez que, desenvolveu um regime de cooperação entres exploradores e consumidores de petróleo.

E nos meados do século XIX, com o avanço da industrialização, quando se desencadeou uma nova corrida para o controle das fontes de matérias-primas, entre elas estava o petróleo.

No ano de 1890, no Estados Unidos de América foram elaboradas leis, destinadas a eliminar o poder de truste das empresas e a promover a competição entre empresas, que eram designadas como leis “Antitrustes”.

Um exemplo dessa lei é a lei “*Sherman*”², que repartiu a hegemonia de Rockefeller perante outras companhias, porque a Standard Oil Company detinha um maior monopólio de mercado na época, cujo objetivo era dominar com grande pressão os produtos no mercado, e assim prejudicava o equilíbrio econômico na época.

Conforme ULHÔA (1995, p.5) a lei Sherman tem como pretensão proteger o mercado movimentado pela livre concorrência que se estaria autodestruindo em razão do excesso de liberdade de iniciativa. Desse modo, o referido autor leciona:

A rigor, a legislação antitruste visa tutelar a própria estruturação do mercado. No sistema capitalista, a liberdade de iniciativa e a de competição se relacionam com aspectos fundamentais da estrutura econômica. O direito, no contexto, deve coibir as infrações contra a ordem econômica com vistas a garantir o funcionamento do livre mercado.

Claro que, ao zelar pelas estruturas fundamentais do sistema econômico de liberdade de mercado, o direito de concorrência acaba refletindo não apenas sobre os interesses dos empresários vitimados pelas práticas lesivas à constituição econômica, como também sobre os dos consumidores, trabalhadores e, através da geração de riquezas e aumento dos tributos, os interesses da própria sociedade em geral.

Neste sentido, a lei antitruste pretende assegurar a livre e justa concorrência do mercado, cujo objeto são os interesses dos consumidores sem que tenha que limitar a livre iniciativa. O petróleo se revelou decisivo para o desenlace da segunda guerra mundial, pois os países mais poderosos começaram a litigar sobre o controle da produção e dos preços dos recursos petrolíferos localizados na América Latina, Oriente Médio e Ásia.

Porém, para alcançarem a meta pretendida, teriam que obter direitos de propriedade das reservas, que seria contemplado pelas concessões petrolíferas. (PENNA,1970, p.39).

² Trata-se de uma reação norte-americana às mudanças econômicas ocorridas no final do século XIX, ou seja, é um diploma legal que corporificou a reação contra a concentração de poder em mãos de alguns agentes econômicos.

Para completar a lição, extrai-se de PENNA (1970, p.39):

Se houvesse ainda dúvidas quanto a importância do petróleo, às vésperas da II Guerra Mundial, para a economia e a segurança nacional, estas seriam dissipadas, de modo inequívoco, no México. Ali a guerra secreta do petróleo perderia o seu caráter de luta de bastidores para converter uma questão de soberania nacional e num " conflitos de ordem econômica", tão profundas foram as divergências com que se houveram, na defesa de interesses petrolíferos, o Estado Mexicano, de um lado, e as poderosas companhias estrangeiras de petróleo, do outro lado.

Como se viu, com o término da II guerra mundial, a indústria do petróleo sofre restrições com choque de nacionalismo, pois passou ser considerado como fonte de desenvolvimento econômico, de segurança nacional conjugado com progresso social.

Cumprir destacar o interessante contraponto oferecido por PENNA (1970, p.40), que já examinava o elo entre o desenvolvimento econômico de um Estado e seu sistema energético, ressaltando que “a indústria do petróleo, em decorrência de seu admirável papel como fonte de energia e sua incrível versatilidade no tocante a derivados, contribui em grau maior para a maximização do processo econômico”

Dessa colisão, ensina PENNA (1970, p.47-49) que o desenvolvimento da indústria petrolífera sobre o cenário econômico e social tinha efeitos multiplicadores na economia dos países, ao afirmar:

Em determinados países, produtores de petróleo, o desenvolvimento econômico está em razão direta da indústria petrolífera, na medida em que a meta pragmática da maximização do processo econômico depende dos estímulos financeiros provenientes das rendas arrecadadas.

Nesses países, o petróleo constitui a principal fonte de financiamento dos programas de desenvolvimento. Tal arrecadação tanto pode servir para financiar grandes programas de diversificação das indústrias, como a de projetos agrícolas ou a programas setoriais, consoante os objetivos colimados pela programação governamental

Conforme visto, cada país recebe divisas pelas exportações, ou pelas concessões de royalties, e despenderá da receita provinda do petróleo de acordo com as necessidades, por isso que a indústria do petróleo é a mais lucrativa do mundo, e a causadora de tantas guerras. Nesta “cultura de consumo de energia, singular na história da humanidade, a saúde, bem-estar, prosperidade e perspectivas de bilhões de pessoas – sua segurança e a das suas nações

estão diretamente influenciadas pelo preço e disponibilidade do petróleo” (PRUGH; FLAVIN; SAWIN, 2005, p.115-139)

PRUGH et AL. (2005, p.140) sustentam ainda que

O petróleo tornou-se a mercadoria estratégica mais importante de todos os tempos. Numa economia globalizada, aglutina todas as economias e povos mundiais numa matriz compartilhada. Essa matriz, porém, está sob crescente tensão. A servidão do mundo ao petróleo cria ameaças que embasam argumentos fortes para o fim do atual regime energético

Em outras palavras, podemos afirmar que neste momento, a indústria petrolífera é inserida no processo de globalização financeira que abarca diversos setores da economia mundial. Em consequência disso, as companhias internacionais deram início a exploração de novos territórios, como é o caso do continente africano.

A exploração em novos territórios lhes possibilitava combater as pressões dos grandes produtores, e nos finais de 1950 e princípio do ano 1960, o continente africano viu a sua primeira evidenciação e extração desse hidrocarboneto nos países como: Egito, Líbia, Argélia, Gabão, Nigéria, Camarões, Congo e Angola.

O conflito de Suez é o que representa o “marco do nascimento da indústria no continente africano, que ocorre com a nacionalização do Canal do Suez em julho de 1956, feito pelo presidente egípcio Abdel Nasser”. (PENNA, 1989, p.81-84).

O presidente decidiu nacionalizar o canal, a única ligação entre o Mediterrâneo e o Mar Vermelho, e que era o fundamental conduto de petróleo dos países árabes para a Europa que, até então, era controlado pela Inglaterra e a França.

Nas palavras de PENNA (1989, p.82), essa nacionalização do Suez simboliza o reconhecimento da exploração de petróleo no continente africano como fronteira de exploração acessível nessa nova ordem econômica internacional.

O continente africano está ascendendo no quadro energético internacional com baixa geopolítica devido os contínuos conflitos.

Entretanto, países como “Nigéria e Angola que eram colônias de Inglaterra e Portugal na época, ainda não eram dependentes de petróleo, pois dependiam da monocultura de cana-de-açúcar, cacau e café, e só no ano de 1960 que esses países começaram a ganhar consciência e começaram a lutar, pois viram a sua indústria petrolífera sendo arrasada pelas grandes empresas internacionais”. (MAZRUI; WONDJI, 2010, p.126-134)

Por tal, razão esses países³ tinham esperança que as oportunidades fornecidas pelo petróleo, resolveriam os problemas de ordem sócios- econômicos e ajudaria no aumento das receitas governamentais, uma vez que estão emergindo como fornecedores mundiais de petróleo, exportando para os Estados Unidos e também para a Ásia Oriental.

Para completar a lição, cita-se KLARE (2008, p.146-147) sobre a corrida em torno do controle das fontes de matérias-primas no continente africano:

O que torna a África” tão tentadora atualmente é exatamente o mesmo que a levou a atrair predadores estrangeiros nos séculos anteriores: a vasta abundância de matérias-primas vitais em um continente profundamente dividido, politicamente débil e ostensivamente aberto à exploração internacional.

Por causa das suas histórias atormentadas, a África carece das defesas contra a exploração estrangeira dos recursos que outras regiões previamente colonizadas estabeleceram com o tempo.

Sobre mesmo ponto de vista, ODELL (1970, p.16), argumenta que:

Estas reações são devidas ao incremento do nacionalismo econômico e político, num período em que o colonialismo se tornou altamente suspeito, seja qual for o pretexto ou a forma assumida, muitos países encaram o controle excessivo sobre as suas próprias indústrias petrolíferas, por uma ou mais das principais companhias internacionais, como uma espécie de colonialismo econômico incompatível com a independência de uma nação soberana [...]

Diante do exposto, conclui-se que com a nacionalização de Suez e com a crise de petróleo fez com que as grandes potências buscassem novas fronteiras de exploração.

E é dessa forma, que o continente africano ganha destaque nessa da nova ordem econômica internacional.

Surgimento da OPEP

No período de após-guerra, as maiores empresas petrolíferas do mundo controlavam toda a exploração de petróleo, como é o caso de: Exxon, Texaco, Mobil, Amoco, Chevron Shell e British Petroleum. Isto é, a procura e a oferta do petróleo crescia excessivamente, e consequentemente o lucro das grandes empresas se elevava, ou seja, com seu poder

³ Nigéria, Líbia e Angola

econômico essas empresas ditavam a quantidade e o preço de todo o petróleo produzido, mas como explica Penna “por outro lado, os produtores de petróleo concluíram que o preço do petróleo continuava sendo determinado pelas companhias de petróleo, como ocorria com a baixa tendência do mercado internacional, a partir de 1959” (PENNA, 1989, p.35).

No entanto, a situação mudou com o excesso de produção de petróleo, que consequentemente ocasionou numa baixa de preços nos mercados. E com a baixa de preços do petróleo, as receitas dos grandes países produtores tendiam a diminuir.

Á vista disso, no ano 1960 foi criada por meio de acordo de Bagdá, a Organização de Países Exportadores de Petróleo (O.P.E.P), cuja finalidade era obter o controle do preço do petróleo no mercado internacional⁴.

Partindo em busca do ponto que marca o começo da O.P.E.P, é pertinente citar ODELL (1970, p.19), que esclarece:

Essas reduções fizeram decrescer as receitas que os governos locais recebiam da indústria petrolífera, pois, em muitos casos, estas eram calculadas com base de preços estabelecidos. Como consequência foi criada em 1960 a Organização de Países Exportadores de Petróleo (**Organization of Petroleum Exporting Countries- O.P.E.C**⁵), na qual os produtores procuravam, em conjunto, aumentar os seus poderes no negócio, a fim de evitar que as companhias lançassem competitividade alguns países contra os outros[...] **grifo nosso**).

Segundo o Estatuto⁶ da O.P.E.P (2016), compõem a O.P.E.P treze países que são: Argélia (1969), Angola (2007), Equador, Indonésia, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia (1962), Nigéria (1971), Catar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Venezuela. A república do Gabão fazia parte da O.P.E. P desde 1975, porém saiu em 1995 em protesto do seu pedido de redução de contribuições anuais.

Apesar imensas dificuldades, a Organização de Países Exportadores de Petróleo, conseguiu atingir o seu propósito, que era impedir a superprodução, fazendo controle da produção, e reduzindo os preços do petróleo, favorecendo o aumento das receitas dos países por barril de petróleo produzido.

⁴ A missão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) é coordenar e unificar as políticas de petróleo de seus países membros e assegurar a estabilização dos mercados do petróleo, a fim de garantir uma oferta eficiente, econômica e regular de petróleo para os consumidores, uma renda estável para os produtores e um retorno justo sobre o capital para os investimentos na indústria do petróleo.

⁵ Organization of Petroleum Exporting Countries- O.P.E.C. Sigla em inglês.

O professor COELHO (2014, p.5) enfatiza que os países favorecem a exploração dos oligopólios, apesar do discurso nacionalista

O controle efetivo da exploração petrolífera e a consequente utilização do poder econômico decorrente desta atividade encontra-se no centro das principais disputas internacionais, e que atualmente a maioria dos países produtores preocupam-se em garantir o controle do bem natural petróleo entregando aos oligopólios – através de diferentes modelos de contratos – a exploração comercial. Este controle do bem natural, via de regra, é utilizado como propaganda confundindo a população quanto à propriedade ou apropriação dos resultados financeiros.

O método é simples: Os governos apoiam-se no discurso nacionalista da propriedade do bem natural ocultando a condição entreguista das políticas econômicas para exploração comercial do petróleo.

Frisa-se, que desde que a indústria do petróleo começou a se organizar as grandes multinacionais têm buscado atuar de forma organizada procurando exercer algum tipo de controle com o fim de alcançar seus objetivos, e pela leitura, conclui-se que as grandes multinacionais fazem de tudo para aumentar os seus lucros e diminuir os seus gastos, visto que estão sujeitas a pressões competitivas do mercado.

As multinacionais integradas com grandes recursos financeiros por meio de acordos, impuseram barreiras à entrada de novas companhias no mercado.

Segundo YERGIN (2010, p.65), “estava já bastante claro o papel geopolítico da indústria de petróleo, em função de seu próprio papel nas duas Grandes Guerras e de sua relevância para as economias nacionais”. Posto que, após a segunda guerra, houve uma onda de expansão de empresas transnacionais, tanto no aspecto econômico, como político e social.

Do grosso modo, GILPIN (2002, p.257) tem como fio condutor a mesma percepção sobre a expansão de empresas transnacionais, ao aborda que:

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, nenhum aspecto da economia política internacional gerou mais controvérsia do que a expansão das empresas multinacionais”. Alguns consideram essas poderosas organizações um dom para humanidade, as quais superaram o Estado nacional, difundem a tecnologia e o desenvolvimento econômico entre os países em desenvolvimento e articulam as economias nacionais em uma rede de interdependência expansiva e benéfica.

⁶ Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/147.htm>. Acessado em 16/04/2016

Outros as veem como predadores imperialistas a explorar todos em benefício dos seus dirigentes, ao mesmo tempo em que criaram uma trama de dependência política e subdesenvolvimento econômico. Em momentos de maior exuberância, alguns especialistas chegaram mesmo a prever que no fim do século XX algumas dúzias de empresas imensas controlariam virtualmente toda a economia mundial. [...]

A história comprova que esta fonte de energia "petróleo" tem levado países entrarem em conflito, ocasionando milhões de mortes, tudo pelo interesse no domínio, como por exemplo, as guerras entre Iraque e Irã, depois Iraque e Kuwait, levando consequentemente a Organização de Países Produtores de Petróleo, a perder prestígio. (YERGIN,2010, p. 67).

Durante todo o tempo da guerra fria, as grandes potências lutavam pela supremacia no cenário internacional, e essa situação também se refletia na economia petrolífera, uma vez que, os maiores produtores e consumidores de petróleo, buscavam a sua expansão pelo mundo.

É nesse contexto, que PENNA (1970, p.120) classifica a geografia econômica dos países em confronto com a exploração do petróleo:

[...] Teríamos, portanto, os países autossuficientes regulares (aqueles que têm uma produção e mercados internos solidamente estabelecidos e capazes de sustentar a indústria petrolífera, enquadrando-se nessa categoria EUA e URSS); os países autossuficientes irregulares (países que não atingiram um equilíbrio entre a produção interna e o consumo de petróleo e derivados, ou seja, aquele em que não é possível de forma definitiva afirmar a autossuficiência na produção e exploração de petróleo. Aqui teríamos o México, Canadá, Romênia, etc.); os países exportadores (são os que têm na produção de petróleo os seus principais – ou até seu único – produto de exportação. Isso faz com que seja o petróleo a âncora de seu desenvolvimento interno. Destacariamos aqui países do Oriente Médio e da África do Norte); países importadores permanentes (são aqueles que possuem um mercado permanentemente necessitando de petróleo, mas que não apresentam uma produção interna expressiva, o que faz com que tenham que constantemente recorrer à importação de petróleo bruto ou de seus derivados. Como exemplo, teríamos diversos países da Europa Ocidental e da América Central.); e, finalmente, os importadores temporários (são aqueles que ao desenvolverem uma maior pesquisa e prospecção de petróleo poderão vir a ser, facilmente, países autossuficientes. É o caso do Brasil. [...])

Percebe-se que a partir da história de desenvolvimento econômico da indústria petrolífera, vê-se que grandes economias mundiais buscavam áreas de influência para expandirem, e essa situação também se refletia na economia petrolífera.

PIQUET E SERRA (2007, p.15-33), tutelam que “[...] dada à importância da indústria do petróleo para qualquer país, sua influência dificilmente irá limitar-se a espaços subnacionais”.

O petróleo é o que move o mundo nos aspectos econômicos, energéticos e políticos.

Ainda, entende-se que o petróleo é fundamental para o dia a dia do ser humano, pois sendo um componente muito importante para supremacia geopolítica mundial, será sempre utilizado e considerado estratégico pelo próximo decêndio.

Neste sentido, CLAES (2001, p.47), pondera que “[...] os estados estão dispostos a usar o petróleo como uma arma de chantagem política e econômica”. Dessa forma podemos afirmar que o recurso petrolífero é sinônimo de riqueza e poder de uma nação.

Deve-se sempre analisar que a busca pela ampliação do controle por esse recurso, ainda é o ponto principal de muitas nações, e que inclusive a disputa pelos recursos petrolíferos representa a sobrevivência da estrutura social-econômica de cada país.

Feitas as devidas considerações, passe-se, a seguir, a contextualização histórica de São Tomé e Príncipe.

Contextualização histórica sobre São Tomé e Príncipe

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) é um país arquipelágico, perto do Golfo da Guiné a 300 km² do continente africano, localizado no meio do oceano atlântico.

Tem uma superfície de 1001km² “São Tomé com 857km² e a ilha Príncipe 139km², de superfície, sendo o seu comprimento de 18km² e largura 10km², e a distância entre duas ilhas é de 200 m. E uma população de 187 356 mil habitantes⁷.

Estrategicamente localizado, visto que é onde passa a linha do Equador, o arquipélago tem uma relevante posição geopolítica em relação ao Golfo da Guiné. Nessas circunstâncias, não seria demais afirmar que STP tem indiscutível importância para a segurança marítima do Atlântico Sul.

No início da colonização a economia das duas ilhas baseava-se na exploração do açúcar, utilizando a força do trabalho. Segundo PINTO (2006, p.10), “[...] a heterogeneidade da população, conjugada à ação do clima sobre os nervos, bem como outros fatores, como a falta de preparação e o espírito de ganância de muitos governadores, davam origem a

⁷ Dados do último censo realizado em 2014 pelo Instituto Nacional de Estatística de STP (INE-STP)

constantes rixas e desentendimentos, com manifesto prejuízo para o desenvolvimento do território”.

OLIVEIRA (1993, p.35) ensina que:

As ilhas de São Tomé e Príncipe estiveram desabitadas até 1470, quando os navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar as descobriram, primeiro a ilha de São Tomé em 21 de dezembro de 1470 e depois a ilha do Príncipe a 17 de janeiro do ano seguinte, sendo então colônia de Portugal até a sua independência em 12 de julho de 1975.

Observa-se, de sua lição, que as duas ilhas fizeram parte da colônia portuguesa até 1975, período em que foi concedida a independência.

O respeitado historiador são-tomense CRUZ (1975, p.45), explica que em “1800 foi introduzida a cultura do café, dando assim início a uma nova fase de prosperidade que se consolidou alguns anos mais tarde com a introdução da cultura do cacau”. Assim o cultivo de cana-de-açúcar foi trocado pela produção de cacau que é a principal atividade econômica do país.

NASCIMENTO (2008, p.5) relata que depois de proclamação da independência em 1975, São Tomé e Príncipe adquiriu um sistema de partido único "unipartidário" que é próprio dos regimes autoritários.

Após a independência de Portugal em 1975, o país viveu o regime socialista de partido único implementado pelo movimento de libertação de São Tomé e Príncipe (MISTP⁸) e presidido por Manuel Pinto da Costa, que tinha uma ideologia político-econômica marxista leninista.

Nesse ponto é importante salientar que depois de independência, se inicia no país um regime político de partido único com matrizes socialistas, fechado a qualquer ideologia interna ou externa que “ameaçasse” a estabilidade do país.

No entanto, em 1990, o país foi palco de reformas políticas democráticas, com eleições diretas e multipartidárias, que é caracterizada pela liberação da economia que vem efetivando até os dias de hoje, constituindo assim um exemplo de democracia que é representada a partir de pluripartidarismo.

⁸ Antes era o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP) em 1960, mais tarde passou a ser Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (1972).

Conforme os dados obtidos da Organização das Nações Unidas, aproximadamente 55% dos habitantes vivem abaixo da linha de pobreza, ou seja, com menos de 1,25 dólar por dia⁹.

Desde a data da independência até então, a situação política é caracterizada por instabilidades constantes e quedas sucessivas do governo.

Só para lembrar, de 1991 a 2016, um período de 25 anos, STP já conheceu 15 governos diferentes, o que dá uma média de aproximadamente, um ano e meio no poder para cada governo.

Portando, diante de exposto, pode-se concluir que na atualidade São Tomé e Príncipe faz parte dos países mais pobres do mundo, onde a pobreza prevalece a quase maioria da população, onde há enormes deficiências sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento económico com ênfase para as estratégias e campos de intervenção económica.

1.2 Geopolítica Africana do Petróleo

De todos os recursos naturais manejados pelo homem, nenhum tem tanta importância no mercado económico internacional como o petróleo, com a exceção da água que constitui um recurso vital.

Em consequência, qualquer alteração no mercado prolífero, atinge desde princípio o funcionamento e o lucro das grandes indústrias até o quotidiano das pessoas, por isso a sua magnitude na geopolítica económica.

O recurso petrolífero tem uma perspectiva política enorme que da mesma forma define a hierarquia no cenário internacional, pelo fato de ser um pilar de capitalismo globalizante, por ser a matéria-prima indispensável à manutenção do poder dos países imperialistas como é o caso dos Estados Unidos.

MONIÉ (2012, p.201) salienta que “o Golfo da Guiné¹⁰ é um lugar de destaque na estratégia dos atores políticos internacionais com a China e os Estados Unidos, porque é rico em recursos energéticos e também vulnerável à instabilidade, insegurança e corrupção, pirataria. ”

⁹ ONU. Least Develop Countries Information (Informações sobre Países Menos Desenvolvidos, 2009). Disponível em:

<http://www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/cdp_publications/2015_ldc_factsheet_sao-tome-and-principe.pdf> Acesso em: 24 março 2016

¹⁰ De acordo a Organização Marítima Internacional, o golfo da guiné é uma vasta reentrância na costa ocidental de África de grande importância devido aos vastos recursos naturais, e que em 2004 foi o segundo local onde ocorreram mais ataques de pirataria.

Neste sentido, para proteger os interesses estratégicos do Golfo da Guiné em 2003 criou-se “a guarda do golfo da guiné, que tinha como objetivo a segurança marítima da região, melhorando do controle de áreas litorais, bem como a segurança física dos portos” (ZUCATTO, BAPTISTA, 2014, p.534-539)

Os interesses estratégicos no continente são por causa do petróleo e do gás natural, pelas matérias-primas agrícolas e exploração de recursos minerais e a disputa de fronteiras marítimas e terrestres.

Segundo ZUCATTO e BAPTISTA, (2014, p. 534-539) os países que fazem parte do Golfo da Guiné, aqueles designados pela Comissão do Golfo da Guiné¹¹ que são: Angola, Camarões, Congo (Brazaville), Guiné Equatorial, Nigéria, Gabão, República Democrática do Congo (RDC) e São Tomé e Príncipe.

A geopolítica e a economia caminham lado a lado no quesito da disputa por recursos energéticos naturais estratégicos e, ao mesmo tempo, são escassos.

Na visão de BARROS (2007, p.47-56), “essa disputa torna-se ainda mais violenta quando gira em torno do controle de fontes energéticas”.

Sob essa afirmação, pode-se afirmar que a economia mundial depende do petróleo, e essa dependência a torna suscetível, uma vez que, a subida de preço do petróleo gera inflação, essa inflação é sentida tanto para países importadores como os exportadores, pois o petróleo é pilar de soberania e desenvolvimento.

Nesse sentido, é interessante relembrar o ensinamento de KLARE (2002, p.146-147) sobre o assunto “para os países importadores de petróleo, a garantia das entregas de petróleo é à base da segurança econômica. Já entre os países exportadores, a posse das reservas petrolífera é o elemento dominante no pensamento econômico”.

BRITO et al (2012, p.27) afirma que o recurso petrolífero se tornou central para a geopolítica:

O fato de o sistema energético internacional ter desenvolvido tamanha dependência do petróleo transformou essa fonte de energia em um recurso natural “geopolítico”. O petróleo tornou-se um dos focos primordiais das relações internacionais, estando até mesmo no cerne de algumas disputas armadas. Com frequência tem sido usado como arma política e econômica.

¹¹ Criada em 1999, está vocacionada para a cooperação e prevenção de conflitos no domínio dos recursos naturais e energéticos, tendo surgido da necessidade de se promover a estabilidade numa zona rica em recursos naturais, o petróleo e o gás natural.

Ora, viu-se que dependência das nações pelo petróleo cada vez mais está aumentado.

ALVEAL (2003, p.25) esclarece que a geopolítica econômica do petróleo se caracteriza como “objetivo das nações de controlar tanto seus meios de produção quanto dos outros países, no intuito de agregar poder e riqueza.”

Ao mesmo tempo, essa integração de mercados levou à interdependência econômica entre os países, dado que a crise em um país pode abalar toda a cadeia de países interligados, e, como são as transnacionais que controlam a produção, o comércio e a tecnologia, elas adquirem poder econômico através do qual podem submeter o Estado aos seus interesses.

E nesse processo de globalização financeira e econômica são mais afetados os países subdesenvolvidos, devido à alta de inflação e das dívidas dos países pobres que passam a ser exportadores de capitais para os ricos, levando assim ao aumento de dependência e de endividamento.

Verifica-se na verdade, o petróleo é um recurso usado na política internacional e nacional dos Estados, e sua corrida na disputa pela supremacia econômica e política gera competitividade nos mercados de modo a obterem vantagens.

A globalização aumentou a importância do petróleo em todos os aspectos da economia mundial, conforme explica CHANDLER (1990, p.34):

Paralelamente, a globalização permite o aumento da importância e dimensão da indústria petrolífera no mundo, fomentando a criação de instrumentos financeiros, fiscais e econômicos, que permitem aos Estados e empresas suportar a vaga de crescimento social e econômico criado pelo petróleo. As inovações econômicas e sociais surgidas de uma economia essencialmente petrolífera permitiram que alguns agentes econômicos concretizassem crescimento, através da concorrência ou da obtenção de economias de escalas [...]

Sobre a importância estratégica do petróleo, expõe YERGIN (2010, p.70)

Por quase um século e meio, o petróleo vem trazendo à tona o melhor e o pior de nossa civilização”. Vem se constituindo em privilégio e em ônus, [...], o petróleo vem se mostrando a maior e mais problemática devido ao seu papel central, ao seu caráter estratégico, à sua distribuição geográfica, ao padrão recorrente de crise em seu fornecimento – e a inevitável e irresistível tentação de tomar posse de suas recompensas. [...] Ele vem tornando possível nossa vida cotidiana e, literalmente, nosso pão de cada dia, através de produtos químicos, agrícolas e dos transportes.

Ele tem abastecido, ainda, as lutas globais por supremacia política e econômica. Muito sangue tem sido derramado em seu nome.

A nossa continua sendo a “era do petróleo [...]

Neste sentido para compreender melhor essa importância estratégica e geopolítica do petróleo, FUSER (2008, p.37) afirma que:

O petróleo foi a matéria-prima mais importante do século XX e manterá esse papel, ao que tudo indica, nas primeiras décadas do século XXI. Como fonte de energia, serve para quase todas as necessidades imediatas.

Na forma de gasolina, óleo diesel e querosene, entre outros derivados, o petróleo responde a 95% da energia destinada aos meios de transporte, no mundo inteiro.

É também um dos principais combustíveis usados na geração de eletricidade, além de servir de matéria-prima para infinidade de produtos, como os plásticos, os fertilizantes, os tecidos sintéticos e os explosivos.

Atualmente o petróleo fornece 39,3% de toda energia consumida no planeta [...]

Observa-se, de sua lição que a indústria de petróleo tem muita influência em toda a cadeia produtiva de uma economia como modeladora de relações geopolíticas e econômicas entre as nações.

Como decorrência, GABAGLIA (1999, p.45), evidencia que “a sociedade moderna está impregnada de valores consumistas, tudo leva a crer que a tarefa da redução do consumo de petróleo será árdua, pois será preciso reverter valores culturais enraizados, favorecidos pela invasão maciça na vida pública e doméstica”.

1.3 Atividades Petrolíferas em São Tomé e Príncipe

Nos anos 1990, grandes reservas de petróleo foram descobertas no Golfo da Guiné, próximas a São Tomé e Príncipe. Estima-se que São Tomé e Príncipe tem ainda por descobrir, reservas de 10 mil milhões de barris de petróleo.

A exploração dessas reservas petrolíferas no mar de São Tomé e Príncipe trouxe muitas expectativas em relação ao governo no que concerne aos recursos e a sua distribuição.

A importância dessas descobertas de reservas, foram destacadas nas palavras de ESCORREGA (2010, p.10):

Dos oito bilhões de barris de reserva de crude descobertos no mundo em 2001, sete mil milhões foram descobertos no Golfo da Guiné; as suas reservas estão calculadas em 24 mil milhões de barris de petróleo; estima-se que só na área conjunta entre a Nigéria e São Tomé e Príncipe exista uma capacidade de produção calculada em 11 mil milhões de barris de petróleo.

As primeiras investigações sísmicas realizadas em águas territoriais são-tomenses aconteceram no ano de 1997 para terem o conhecimento geológico da região, e também para pesquisa dos hidrocarbonetos da Zona Económica Exclusiva (ZEE), uma vez tinham informações que na zona econômica exclusiva são-tomense havia "existência passíveis de conter ou reter hidrocarbonetos".

Segundo Relatório de Investigação e Avaliação da ZDC (2005, p.44) “o governo Santomense assinou um memorando de entendimento com a empresa Environmental Remedial Holding Company (ERHC/PFC) em 1997, dando assim o início da era do petróleo em São Tomé e Príncipe. ”

Entretanto, no ano de 2001 em realização com o governo Nigeriano, uniram-se para gerenciar cooperativamente a Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC), as áreas marítimas disputadas entre eles.

Várias disposições foram tomadas pelo governo devido a descoberta de reservas petrolíferas no país, dentre quais: a realização do tratado de exploração conjunta, elaboração de leis e decretos¹²; concursos públicos para atribuir o direito de exploração em áreas designadas “blocos”, que os mesmos tinham firmado em prosperar em conjunto.

Conforme Boletim de ANP sobre o 1º relatório de ZEE (2010, p.6) sistema de exploração petróleo em São Tomé e príncipe está desfragmentando em partes que são:

1ª fase: de 2005 a 2006, fase de exploração

2ª fase: de 2008 a 2011, fase de desenvolvimento

3ª fase: de 2010 a 2012, fase de produção

¹² destinados a regulação de receitas petrolíferas de uma forma responsável e transparente

Esses acordos petrolíferos para estudar direito de exploração petrolífera ao largo da costa são-tomense chamaram atenção a vários poderes regionais, governos ocidentais e notáveis empresas multinacionais.¹³

No entanto o governo são-tomense vem enfrentado dificuldade, em suportar os potenciais perigos que a promessa de petróleo traz consigo, ainda que o país não tenha produzido um único barril.

SÉBILLE apud MONIÉ (2012, p. 201) entende que

A primeira vantagem que os países que fazem parte do golfo da guiné, de ordem geológica, dizem respeito à qualidade do óleo, leve e com baixo teor de enxofre, portanto, compatível com as refinarias chinesas, da Europa ocidental e da costa leste americana.

A disponibilidade de reservas marinhas pouco profundas entre 1.000 e 2.000 m de profundidade garantiu até agora custos de produção suficientemente baixos.

O Governo de São-tomense e Nigeriano aprovaram vários negócios de exploração petrolífera que se revelaram controversos devido aos termos serem altamente desfavoráveis para São Tomé e Príncipe.

O País tem confiança que com exploração petrolífera, o torne mais dinâmico a nível socioeconómico.

Conforme MONIÉ (2010, p.201) “[...] embora a produção não tenha iniciado, o efeito era petrolífero já se fizeram sentir no país, sob a forma de bónus de assinatura pagos pelas companhias petrolíferas estrangeiras que adquiriram os direitos de exploração na ZDC e na ZEE”

Em janeiro de 2006, a empresa americana Chevron deu início à exploração nos blocos da ZDC, que havia obtido na ronda de licitações de 2003. No entanto, dois meses depois a empresa anunciou que tinha descoberto petróleo, mas afirmou que as quantidades não eram exploráveis comercialmente.

Essa divulgação diminuiu ainda mais o entusiasmo na indústria no país, acabando com a esperança do desenvolvimento no país.

Conforme o Artigo da HUMANS RIGHTS (2010, p.8) “São Tomé e Príncipe abriu uma ronda de concessão de licenças para blocos de petróleo, e oito empresas expressaram interesse nesta ronda inaugural de concessão de licenças: duas empresas de grande dimensão,

¹³ Estados Unidos demonstraram interesses económicos em STP, e tentaram instalar uma base militar nas ilhas, mas governo são tomense não concordou.

Chevron e Connoco Phillips; duas empresas americanas juniores, Marathon e Murphy; a brasileira Petrobrás; a irlandesa Tullow Oil; a alemã RWE; e a empresa petrolífera nacional da Índia, Oil and Natural Gas Corporation, a empresa francesa Total.

Neste seguimento, PRAZERES¹⁴ (2013, p.33-34) esclarece nessa linha que:

O país tem a capacidade de produção em torno de 100 milhões de barris como reserva e qualidade de petróleo é bastante boa, e que depois da saída de Chevron encontramos numa fase de negociação com empresas independentes, que tem estruturas menores que a Total, mas que têm conhecimento profundo da produção em águas profundas [...]

Infelizmente países como Nigéria, Angola, Gabão e Guiné-Bissau que estão próximos a São Tomé e Príncipe, viram a sua economia viciada pela dependência do petróleo, devido à má gestão. O estado Nigeriano é um grande produtor de petróleo no continente africano, e pertence às cinco maiores produtoras globais, ficando atrás apenas da Arábia Saudita, Venezuela, Irão, Emirados Árabes Unidos e Angola.

1.4 Tratado de Exploração Conjunta

Em fevereiro de 2001, na sequência do processo de delimitação das fronteiras marítimas, disputas pela fronteira marítima e estabelecimento da ZEE, que teve seu início em 1998, São Tomé e Príncipe e a República Federal da Nigéria assinaram em Abuja o Tratado de Exploração Conjunta dos Recursos Petrolíferos e Outros, segundo qual ambos países vão passar a explorar conjuntamente os recursos petrolíferos e outros, nas áreas comuns e respectivas zonas econômicas exclusivas tendo em conta a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar¹⁵.

A convenção apela aos estados com costas opostas fazerem todos os esforços para chegarem a um acordo sobre delimitação, pela adopção de medidas provisórias de natureza prática que não prejudiquem ou ponham em causa a obtenção de um acordo final sobre a delimitação das suas zonas económicas exclusivas, bem como na promoção de uma cooperação fronteiriça construtiva.

¹⁴ PRAZERES, Arzemiro dos. Representante da Autoridade Conjunta da parte Santomense.

¹⁵ Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), assinada no dia 10 de dezembro de 1982, em Montego Bay (Jamaica), trouxe alicerce político-jurídico, determinado a "fronteira marítima" dos Estados costeiros

Confira-se da redação do referido artigo 2:

Art. 2º, CNUDM-1982:

- I. A soberania do Estado costeiro estende-se além do seu território e das suas águas interiores e, no caso de Estado arquipélago, das suas águas arquipélagas, a uma zona de mar adjacente designada pelo nome de mar territorial.
- II. Esta soberania estende-se ao espaço aéreo sobrejacente ao mar territorial, bem como ao leito e ao subsolo deste mar.
- III. A soberania sobre o mar territorial é exercida de conformidade com a presente Convenção e as demais normas de direito.

Também pela Convenção, surge a ZEE, consagrada no art. 55º da referida convenção, no qual a instrução normativa se baseia:

Art. 55

- I- A zona econômica exclusiva é uma zona situada além do mar territorial e a este adjacente, sujeita ao regime jurídico específico estabelecido na presente Parte, segundo o qual os direitos e a jurisdição do Estado costeiro e os direitos e liberdades dos demais Estados são regidos pelas disposições pertinentes da presente Convenção.

Esses artigos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar foram incorporados no Tratado de Exploração Conjunta, e as disposições que compõem o tratado define que os ambos países farão em conjunto uma pesquisa com intuito de obter uma comercialização ótima, cuja proporção é de 60% para a Nigéria e 40% para São Tomé e Príncipe, todos os benefícios e obrigações decorrentes das atividades ocorridas na Zona de Desenvolvimento Conjunto¹⁶.

O acordo que estabeleceu a Zona de Desenvolvimento Conjunto, foi completado em junho de 2004 por outro acordo¹⁷, e a área conjunta, que eles vão desenvolver denomina de Zona de Desenvolvimento Conjunto, e é chefiada por uma Autoridade de Desenvolvimento

¹⁶ Conhecida pela sua sigla inglesa "JDZ" (Joint Development Zone). A ZDC é uma área costeira de águas profundas situada ao sul da linha mediana entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria a qual não se chegava ao consenso sobre a mesma área. Para evitar um conflito jurídico prolongado sobre esta área, Nigéria e São Tomé e Príncipe chegaram a um acordo em 1999 para conjuntamente explorarem os hidrocarbonetos numa área de 28.000 quilómetros quadrados, que hoje constitui a ZDC. Nos termos desse acordo, a Nigéria recebe 60 por cento de quaisquer lucros obtidos na ZDC, e São Tomé e Príncipe recebe 40 por cento. Os dois países dividem os custos operacionais na mesma proporção. O tratado formal que criou a ZDC foi assinado a 21 de fevereiro de 2001, que permite a pesquisa e exploração de todos os recursos vivos e não vivos existentes na zona de sobreposição, em benefício dos seus respectivos povos e países.

¹⁷ Tratado de Abuja assinado pelo presidente Nigeriano Obasanjo e o presidente São-tomense Fradique de Menezes, que abordava especificamente questões relacionadas com os princípios transparência e a governação no setor petrolífero 26 de junho de 2004.

Conjunto (ADC¹⁸), que por sua vez responde perante o Conselho Ministerial Conjunto, com duração de 45 anos, mas que prevê a sua revisão após 30 anos.

Confira-se redação do art. 3º da instrução normativa n.º 8-A/2001, de 9 de agosto de São Tomé e Príncipe, que estabelece o Tratado de Exploração Conjunta:

Artigo 3º

Princípios de desenvolvimento conjunto

I- No interior da Zona, os Estados Parte farão o controlo conjunto de pesquisa e exploração de recursos, com o fim de obter utilização comercial óptima. Os Estados Parte partilharão, numa proporção de 60% para a Nigéria e 40% para São Tomé e Príncipe, todos os benefícios e obrigações decorrentes das atividades de desenvolvimento levadas a cabo na Zona, em conformidade com este tratado;

II - Nenhuma atividade de desenvolvimento poderá ser exercida ou será permitida na zona, exceto em conformidade com este tratado;

III - Os direitos e responsabilidades dos Estados Parte de desenvolver a Zona serão exercidos pelo Conselho e Autoridade em conformidade com o estabelecido neste tratado;

IV- O petróleo e outros recursos da zona serão explorados de maneira eficiente de acordo com o estipulado neste Tratado, tendo em devida conta a proteção do ambiente, e de forma coerente com as geralmente aceites boas práticas de campos petrolíferos e pescas [...]

A divisão foi desigual, dado que a Nigéria é mais experiente no que cabe a exploração do petróleo, entrou com recursos tecnológicos e capitais. Desse modo, o tratado da zona de desenvolvimento conjunto entre São Tomé e Príncipe e Nigéria envolve nove blocos petrolíferos e abrange uma extensão de 34.500 km².

O país estabeleceu também nos finais de 2009, uma Zona Económica Exclusiva para a exploração de hidrocarbonetos.

Tecidas as devidas considerações e explanações, encerra-se o presente capítulo e dá-se o maior enfoque a importância económica do petróleo em São Tomé e Príncipe.

¹⁸ ADC Autoridade Desenvolvimento Conjunto é dirigida por um Conselho de Administração composto por quatro Diretores Executivos, sendo dois nigerianos e dois santomenses nomeados pelos respetivos Chefes do Estado. Dentre eles um é nomeado Presidente do Conselho de Administração. Importa referir que a Presidência é rotativa de acordo com as disposições do Tratado que cria a Zona de Desenvolvimento Conjunto, assinado em Abuja em 12 fevereiro 2001 e ratificado pelos Parlamntos dos países. A Nigéria deteve a primeira presidência de fevereiro 2002 á Junho 2004 e São Tomé e Príncipe a segunda de junho 2004 á Agosto 2006.

2. A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO PETRÓLEO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Um acontecimento de grande importância para o desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe foi a descoberta de reservas de petróleo off-shore comercialmente exploráveis.

A expectativas que são criadas em torno do petróleo são enormes, mas ainda não é possível em termos práticos ver os progressos feitos.

Segundo o relatório da ANP/STP (2012, p.6) “contribuição da indústria petrolífera para o sistema fiscal e para a arrecadação de receitas exclusivamente tributárias tem sido praticamente nula ao longo dos anos, embora já tenha rendido ao país mais de 77,8 milhões de dólares norte em dez anos”.

Isso deve-se, em larga medida, ao baixo dos preços do petróleo em níveis que tornam o investimento na exploração de petróleo em pequenos blocos pouco viável financeiramente.

Com a exploração petrolífera, o país poderá começar a dar os primeiros passos para sair da pobreza em que se encontra mergulhado, mas também ficou evidente que existiu pouca preparação do Governo local para saber tirar vantagens inicialmente.

Com cerca de 180 mil habitantes, São Tomé e Príncipe produz anualmente 5 milhões de dólares, segundo dados do Banco Central de São Tomé e Príncipe (TINY, 2012, p.20)

Embora o país tenha estabelecido acordos de exploração de petróleo em 2002, a produção só deverá entrar em operação em 2017(ANP/STP, 2012, p.8)

São Tomé e Príncipe já arrecadou 9 milhões de dólares na adjudicação de blocos petrolíferos na Zona Económica Exclusiva, enquanto que, na zona conjunta com a Nigéria, entraram para os cofres do Estado 77,8 milhões de dólares de lucros através de bónus de assinatura. (2º RELATÓRIO DA ITIE, 2014, p.40).

Conforme demonstrado pelo referido relatório, o total de fluxos das receitas petrolíferas da zona de desenvolvimento Conjunto desde a sua constituição são USD 302.693.032, e dos projetos sociais e bolsas de formação executados são só USD 8.850.000, referentes à compra de oito autocarros escolares, ou seja, esses montantes têm apresentado uma execução muito reduzida face ao contratualizado.

A experiência internacional tem mostrado que os grandes fluxos financeiros, especialmente os propiciados pela produção de petróleo, podem criar desequilíbrios políticos e ameaçar tanto a sustentabilidade das despesas públicas.

Tal situação irá colocar riscos e desafios acrescidos ao desenvolvimento socioeconômico e à estabilidade de STP, dado o inadequado ambiente legal e regulamentar do país e a fraca capacidade dos sectores público e privado.

Conforme TINY (2010, p.15) “o país precisa de salvaguardas urgentes contra a designada "doença holandesa"¹⁹, salvaguardas essas que devem residir na concretização de mudanças estruturais duradouras e na diversificação económica do sector não-petrolífero”.

2.1 Legislações nacionais sobre a exploração do Petróleo

Após a análise internacional, o foco será em caso especial de São Tomé e Príncipe. No momento em que a exploração petrolífera começou a ser analisada com rigor em São Tomé e Príncipe, o governo diligenciou esforços a elaborar um conjunto de quadros normativos que visam enquadrar legalmente o sector extrativo e ao mesmo tempo torná-lo mais atrativo. Esforços esses que são: a criação das leis para aperfeiçoar a gestão do setor petrolífero.

Como por exemplo, a lei de quadro das operações petrolíferas (lei n.º 8/2004, 30 de dezembro) que faz uma abordagem dos contratos petrolíferos, regras de licitação, os direitos e deveres dos contratantes, temos ainda a lei de tributação do petróleo (lei n.º 15/2009) que regula a gestão das receitas do petróleo, o que faz com que o governo abra uma conta única nacional, e cria o fundo futuro para o petróleo.

Em consequência disso, é feito um decreto-lei n.º 03/04, onde foi estabelecido o Conselho Nacional do Petróleo e no mesmo ano foi instituído a Agência Nacional de Petróleo (ANP-STP) pelo decreto-lei n.º 5/2004. A Agência Nacional de petróleo é uma pessoa coletiva de direito público qualificada para a regulação da indústria petrolífera nacional são-tomeense, cujo objetivo é transacionar, realizar contratos de pesquisa, licitações para concessão de blocos e exploração mediante anuência do Governo.

Todas as receitas petrolíferas passam pela Conta Nacional do Petróleo, obedecendo a regras específicas, conforme o estabelecido na Lei n.º 8/2004, Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas, pois conforme a lei (a verba anual a ser transferida para o Orçamento Geral do Estado de STP, para cada ano a partir de 2006 até ao final do primeiro ano após o início de produção deverá ser no máximo equivalente a 20% do saldo da Conta Nacional do Petróleo).

¹⁹ Maldição do petróleo (dependência)

Além disso, segundo a lei, as informações sobre as atividades do setor petrolífero devem ser transparentes e conhecido por todos, por isso vai-se fundar o Gabinete de Registo e Informação Pública "lei n.º 11/2007"(GRIP), cuja finalidade é o serviço de registo e informação pública dos pagamentos da licença.

Disposta no art.18º da lei n.º 11/2007, extrai-se:

- I- É estabelecido um Gabinete de Registo e Informação pública, onde são arquivados, compilados, mantidos e postos à disposição do público todos os documentos e informações referentes às atividades ligadas aos Recursos Petrolíferos e à gestão das Receitas Petrolíferas, mencionados no artigo anterior,
- II- Os documentos e informações referidos no número anterior devem ser enviados, para arquivo, à entidade responsável pela organização e manutenção do Gabinete de Registo e Informação Pública, pelas respectivas entidades da Administração do Estado ou Pessoas que tiverem a seu cargo a elaboração, a submissão, o recebimento ou aprovação desses informações, no prazo máximo de dez dias úteis a contar da data da ocorrência do respectivo facto sujeito a registo.
- III- A organização e manutenção do Gabinete de Registo e Informação Pública ficam sob a tutela da Assembleia Nacional. [.....]

São Tomé e Príncipe deve assegurar que essas leis sejam cumpridas e que todas as suas operações financeiras ou comerciais sejam públicas, conforme está previsto na lei n.º 11/2007 de 18 de abril²⁰ e o Decreto n.º 6/2004 de 30 de junho²¹, analisar as cláusulas da Zona de Desenvolvimento Conjunto com o governo Nigeriano.

Ressalta-se também a obrigatoriedade legal sobre a transparência e publicidade dos contratos relativos às operações petrolíferas. De acordo com o artigo 65º da Lei 16/2009 (Lei-Quadro das Operações Petrolíferas):

- 1. São sujeitos ao princípio de transparência todos os contratos relativos às Operações Petrolíferas.
- 2. O princípio de transparência implica a publicidade e o acesso do público a todas as informações de acordo com a Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas.
- 3. Todos os contratos sujeitos ao princípio de transparência devem ser publicados no Gabinete de Registo e Informação Pública, conforme o disposto no artigo 18.º da Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas.

²⁰São Tomé e Príncipe, lei do Gabinete de Registo e Informação Pública

²¹ Regulamento da propriedade industrial

Verifica-se que com a recente descoberta de jazidas de petróleo nas águas são-tomense, o país encontra-se envolvido em novas perspectivas para o futuro.

Viu-se a adesão do país ao acordo de exploração conjunta com a Nigéria (têm mais longa experiência no assunto), definindo os termos da atividade de exploração conjunta, e a criação um quadro jurídico que permitisse regulamentar toda a matéria em volta da exploração petrolífera, principalmente em matérias mais urgentes como é caso da lei 15/2009 (Lei da Tributação do Setor Petrolífero).

O Tratado que criou a zona de exploração conjunta ao longo da fronteira marítima entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria estipula que a partilha dos dividendos será de 60% para o maior produtor de petróleo da África subsaariana e de 40% para o arquipélago. Embora a produção não tenha iniciado, os efeitos da nova era do petróleo já se fizeram sentir no país através do pagamento de bônus de assinatura.

2.2 Princípio da boa Governança e Transparência no setor petrolífero

A questão da boa governação e da transparência no continente africano é um problema que afeta e condiciona a maioria das sociedades africanas, em especial para São Tomé e Príncipe. Os países como a Nigéria, Angola, Gabão, entre outros países, ricos em recursos naturais, infelizmente ainda não conseguiram usar as receitas para promover o desenvolvimento e o progresso social, uma vez que são vítimas da “maldição dos recursos²²”.

O Princípio da boa governança é algo que surge do Direito Internacional, e a ONU (2016) o define atualmente como “promoção a igualdade, a participação, o pluralismo, a transparência, a responsabilidade e o Estado de Direito, de forma efetiva, eficiente e duradoura”.

Já o princípio da transparência no âmbito internacional é um dos requisitos para boa governança internacional. Dessa forma, JUNIOR (2010, p 35) leciona que o princípio da transparência administrativa é inerente ao princípio democrático e é resultado expresso dos princípios da publicidade, da motivação e da participação popular.

Porém, no âmbito do direito nacional a transparência é matéria de direitos fundamentais, pois “a transparência envolve o cidadão e o convida a assumir uma posição ativa, pois ao conhecer por dentro como se desenvolve o exercício do poder, este passa a ter

²² Devido ao problema de dependência do petróleo.

condição de participar, interferindo sobre ele, cobrando ou exigindo que se faça isso ou aquilo” (GOMES FILHOS (2005, p. 6).

Neste caso, a transparência é um dever da Administração e um direito fundamental do cidadão (de terceira geração).

O paradoxo da riqueza dos países africanos contrasta com a enorme pobreza em que vive a população, estando a maiores partes de sua riqueza nas mãos de uma elite, sendo a miséria o espelho da sociedade em geral.

Deste modo, como a indústria petrolífera é uma indústria que gera muita aplicação pecuniária e implica um conjunto de capitais, a sua má utilização e desperdício, gera consequentemente oportunidades de corrupção, desvios, apropriação de recursos públicos.

A transparência e a boa governação, só funcionam quando a governação é exercida pacificamente e no ambiente livre de corrupção.

CUMBERBATCH apud LAPORTE²³ (2007, p.6-8) define o princípio da boa governação como “ la gestion transparente et responsable des ressources humaines, naturelles, économique e financière en vue du développement équitable et durable”²⁴.

Tais princípios são fundamentais para a efetivação de atos políticos na prática governativa, ou seja, doutrinariamente esses princípios são chamados para serem aplicados no âmbito de políticas públicas, como pré-condição para um desenvolvimento efetivo.

O mundo vive agora numa crise econômica motivada pela queda dos preços do petróleo, e o estado são-tomense vive no período o aumento da pobreza, desigualdades sociais e desemprego em todo o país, e a prestação de serviços públicos, como educação e saúde são precários.

Conforme a pesquisa efetuada e publicada pela Revista da ANP-STP (2006) consta que "a maioria dos países que possuem abundantes recursos naturais e consequentemente detentores de avultados recursos financeiros, estão entre os mais pobres do mundo ou coabitam com imensa bolsa de pobreza e ocupam consequentemente os últimos lugares no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas."

Dessa forma, podemos concluir que o baixo nível de transparência no governo no âmbito dos recursos naturais, e dos lucros deles proveniente e da sua fraca capacidade de governação, faz com que o país tenha um baixo crescimento econômico.

²³ Embaixador, presidente do Conselho de Administração da ECDPM (Centro Europeu para o Desenvolvimento da Gestão Política)

²⁴ Gestão transparente e responsável dos recursos humanos, naturais, económicos e financeiros em via do desenvolvimento equitativo e sustentável ".

O princípio de boa governação diz respeito ao "discernimento e vontade política dos poderes públicos da missão que lhes é incumbida, ou seja, na sua tomada de decisão".

A propósito, adotaremos, para fins desta monografia, a consagrada definição do ex-secretário-geral da Organização das Nações Unidas KOFI ANNAN (2001) que a "boa governação é sem sombra de dúvidas o fator mais importante que contribui para a erradicação da pobreza e promove o desenvolvimento"²⁵.

O relatório da Human Rights Watch para São Tomé e Príncipe (2010), traçou o "perfil do país e a sua trajetória como um potencial país produtor e apontou as fraquezas e as ameaças que o país tem em relação administrar os lucros que surjam de uma casual exploração".

Neste contexto, a Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (ITIE) foi criada em 2002 e é uma aliança de governos, empresas, investidores e organizações internacionais, cujo objetivo é fortalecer a governação, melhorando a transparência e prestação de contas no setor da indústria extrativa.

São Tomé e Príncipe entrou em fevereiro de 2008, para a Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE) da ONU, com o objetivo de fortificar a governação, restabelecendo os princípios de transparência e responsabilização no sector extrativo, por meio da averiguação e divulgação dos pagamentos²⁶ e das receitas do petróleo, gás e extração mineira das empresas.

Sendo assim, dentro do estado são-tomense, os princípios da EITI alcançaram alçada de obrigatoriedade em todos decretos leis e contratos de gestão de recurso petrolíferos, também em pesquisa e exploração.

No entanto, infelizmente o Governo são-tomense mostrou-se inabilitado para cumprir os requisitos que compõem a ITIE, e foi excluído em 2010 de países integrantes da ITIE²⁷. O principal obstáculo para aceitação da candidatura esteve relacionado com a dificuldade em se desenvolver um trabalho conjunto com a parte Nigeriana relativamente à Zona de Desenvolvimento Conjunto.

Conforme o segundo Relatório publicado pela ITIE -STP (2015, p.7-12), "após dois anos, em 2012, São Tomé e Príncipe apresentou uma nova recandidatura à ITIE, tendo sido admitido como país candidato, e em consequência do pedido de adesão o país tinha obrigação de publicar o seu primeiro Relatório até 26 de outubro de 2014".

²⁵ < <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/roadmap.pdf> > acessado em 28/05/2016

²⁶ as prestações de contas tem o poder que tem de responsabilizar os gestores públicos pelas demonstrações financeiras apresentadas, através do sistema de controle de fraude, corrupção.

No entanto, a publicação do primeiro relatório só ocorreu depois de dois meses devido à complexidade do relatório. Em contrapartida, depois a publicação do primeiro Relatório ITIE, São Tomé e Príncipe encontra-se no regime transitório associado do ITIE, e foi estipulado para entregar do segundo relatório de acordo com os requisitos previstos pela EITI.

O objetivo das rondas de concessão baseadas no leilão aberto e competitivo para a atribuição de licenças petrolíferas consiste em obter o valor máximo para a nação, através da atribuição de cada bloco à melhor empresa ou consórcio a nível técnico e financeiro. Infelizmente, o leilão contou com pouca atuação de empresas petrolíferas internacionais.

O tratado de autoridade conjunta foi instituído categoricamente para evitar praticas obscuras nas transações de licenças petrolíferas, ou seja, o objetivo dessa declaração é sobre a transparência e boa governação na Zona de Desenvolvimento Conjunta, primordialmente para que as informações sobre os pagamentos dessas licenças por empresas petrolíferas fossem públicas.

No entanto, com expressas condições eles explicaram claramente que primeiramente São Tomé deve enfrentar as suas adversidades no desempenho dos pressupostos da iniciativa, como é caso de efetuar uma reconciliação entre os pagamentos declarados pelas empresas das indústrias extrativas com os recebimentos declarados pelas agências governamentais, sendo essa reconciliação executada por uma entidade independente.

Desde a primeira candidatura de São Tomé e Príncipe para participar da ITIE, várias normas foram introduzidas e permanecem em vigor no país, impondo um controle sobre os diversos procedimentos relativos à exploração do petróleo.

Nesse sentido, merece destaque o parágrafo único, do artigo 1º, da lei nº11/2007, de 18 de abril que estabelece sobre regras de abertura e transparência:

Art.1º. Parágrafo único: O direito de acesso do público sobre todos os atos e documentos relacionados com o exercício da atividade petrolífera, é assegurado pelo Gabinete de Registro e Informação Pública, adiante designado por GRIP, de harmonia com os princípios de publicidade e da transparência.

No entanto, o que diz respeito à transparência e à boa governação, não basta que existam decretos, é necessário que exista instituições que promovam eficientemente esses princípios.

²⁷Abril 2010, e o mesmo aconteceu com a Guiné-Equatorial.

Neste sentido, o governo são-tomense criou a Agência Nacional do Petróleo (ANP/STP) que tem como objetivo observar o cumprimento dos princípios da transparência e a boa governação sob pena de nulidade dos seus atos, e de ação judicial contra os seus infratores.

Vale inclusive, a citação do BOLETIM ANP/STP (2006):

Para que se tornem efetivas as disposições constantes da lei, um intenso trabalho de regulamentação vem sendo desenvolvido de modo a estabelecer as vias, regras e mecanismos procedimentais que garantam a transparência e a boa governação em todas as fases do processo, desde a pesquisa à utilização e aplicação dos recursos provenientes desta atividade, passando pela exploração e comercialização do petróleo.

Contudo, apesar da existência dessas regras, “os concursos públicos lançados por São Tomé e Príncipe, para os contratos de petróleo conhecidos como ronda de concessão de licenças petrolíferas ficaram muito abaixo dos padrões elucidados pelas normas da Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas, o que demonstra a inaptidão do país em lidar com as receitas petrolíferas”. (TINY, 2010, p.24)

Espera-se, por ser fundamental, e esta é a preocupação maior deste trabalho, que São Tomé e Príncipe vença os obstáculos, e deixe de ser membro transitório associado e volte a ser membro definitivo e cumpridor da Iniciativa.

2.3 Incidência Social do Petróleo no Território Sãotomense

São Tomé e Príncipe é um país que “possui baixo recursos financeiros, visto que é a terceira menor economia do mundo, sem infraestrutura industrial básica e com baixa base de produção e exportação, que é consequentemente frágil diante dos fluxos de ajuda externa e de choques externos”. (FMI, 2014, p.10)

A indústria setorial de petróleo e gás gera muito desembolso dado que os projetos de exploração e produção de petróleo exige muito capital e força de trabalho.

Segundo VINES (2010, p.18) “o recurso petrolífero como produto de transformação da economia de muitas nações, a sua exploração gera riqueza, progresso, e consequentemente novas oportunidades de emprego, motivando o crescimento e o desenvolvimento dos países”.

Atualmente, o consumo de energia se faz indispensável mundialmente.

Porém, os custos para sua obtenção são altos e requerem uma grande aplicação de capital, devido a diversas dificuldades, como a localização de jazidas e sua extração, transporte, refinamento e distribuição.

Referente aos custos de sua obtenção e a sua grande aplicação de capital, explica a ANP/STP (2006, p.2-4) que:

A indústria petrolífera exige elevados investimentos de capital, pela elevada incorporação de know how²⁸ em todas atividades ligadas a exploração, desenvolvimento, produção e comercialização e pela complexidade de tecnologias utilizadas que exigem o concurso articulado de várias ciências e técnicas.

E, no atual sistema mundial, onde quem atua como personagem principal é o capitalismo, grandes empresas têm se formado e feito do petróleo provavelmente o mercado mais lucrativo do mundo, por isso São Tomé e Príncipe reúnem hoje todas as condições para que se transforme no paradigma da exploração petrolífera no continente africano, apesar das vulnerabilidades da sua economia e das fraquezas da sua administração.

A indústria do petróleo tem muita repercussão, seja do lado positivo ao aumentar a economia do país ou pelo lado negativo ao afetar o meio ambiente.

No entanto, uma boa qualidade na gestão macroeconômica, é a solução que vai determinar o desempenho do petróleo no apoio ao desenvolvimento económico, por conseguinte esse desenvolvimento económico deve estar acompanhado com o desenvolvimento social, cultural, ambiental e educacional. Por isso a Transparência é fundamental.

Conforme Relatório do Fundo Mundial Investimentos (2014), “caso não se inicie a produção de petróleo no futuro próximo, a melhoria dos indicadores orçamentais e da sustentabilidade da dívida externa do país será mais lenta e as autoridades nacionais vão continuar a depender de donativos e financiamentos externos. ”

Em outras palavras, podemos dizer que um país soberano é aquele que explora e faz jus do aproveitamento dos seus recursos naturais, porém essa exploração está submetida determinadas condições de ordem técnica e de riscos associados à exploração.

Mesmo assim, se por acaso o país torne um produtor petrolífero poderá sofrer mudanças sejam ser positivas ou negativas dependendo da gestão dos recursos petrolíferos realizada por parte dos governantes.

²⁸ conhecimentos práticos adquiridos por uma empresa, que trazem de alguma forma benefícios e vantagens competitivas.

No final do capítulo observou-se que o governo santomense tem necessidade de implementar mecanismos, como transparência e boa governação, que permitam que o país possa lidar com a era pós petróleo, mesmo sabendo que o país enfrenta uma situação econômica, política e social difícil.

Neste sentido, o próximo capítulo irá abordar o desenvolvimento sustentável pois para melhorar os benefícios da exploração do petróleo é preciso que os governantes são-tomenses tenham uma responsabilidade sustentável e estável.

3. DESAFIOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Existe a necessidade de uma preservação eficaz dos recursos naturais e, para isso, torna-se necessário a busca pelo desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável é firmado na base social, ambiental e econômico. O seu objetivo é a redução das desigualdades sociais, evitar a degradação ambiental e promover o crescimento econômico, sem a exploração descontrolada dos recursos naturais.

Segundo SILVA (1994, p.7), o desenvolvimento sustentável “requer um crescimento econômico que envolva equitativa redistribuição dos resultados do processo produtivo e a erradicação da pobreza, de forma a reduzir as disparidades nos padrões de vida e melhor atendimento da maioria da população”

A ITIE fundamenta-se na premissa de que uma melhor transparência na exploração dos recursos de petróleo, gás e minerais pode transformar a economia, reduzir a pobreza e melhorar a vida dos cidadãos dos países ricos em recursos naturais.

A aceitação pela Iniciativa para a Transparência da Industria Extrativa (ITIE) de nova candidatura de STP, sendo que a Comissão Nacional da ITIE já apresentou o 1º. Relatório referente ao período de 2003 a 2013, e o 2º. Relatório em dezembro de 2015, é um importante indicativo de que o país está comprometido com a implementação da transparência, controle e responsabilização, em relação aos contratos sobre exploração do petróleo, bem como com a aplicação de recursos financeiros que ingressam na Conta de Petróleo.

Na exposição do tema, MILANI (2007, p.53.62) define que o “desenvolvimento enquanto projeto político nasce da articulação entre o público e o privado, da cooperação internacional, de gestão das relações económicas”.

Todo país subdesenvolvido ou periférico precisa da cooperação internacional das Nações Unidas, tanto no plano multilateral como bilateral para assegurar a sua economia, sua política de crescimento e desenvolvimento do país, e São Tomé e Príncipe não foge desse preceito pois é um país subdesenvolvido.

Percebe-se, desta maneira, que a cooperação internacional tem papel importante para São Tomé e Príncipe no âmbito do setor petrolífero.

A primeira cooperação internacional no setor petrolífero foi em maio de 1997 com a empresa norte-americana ERHC (Environment Remediation Holding Corporation) que tinha mais objetivo comercial.

Dessa forma, como o governo são-tomense não dispõe de capital nem tecnologia para explorar o petróleo, por isso o tratado de declaração da zona de desenvolvimento conjunto com a Nigéria, deu partida a fixação de fronteiras marítimas internacionais do país.

LOPES (2001, p.187-204) expõe entendimento semelhante, afirmando que

O desenvolvimento pressupõe acesso aos bens e serviços básicos e às oportunidades em geral em situações de relativa igualdade, a criação e manutenção de tais condições de acesso exige intervenção sempre que as assimetrias tendem a alargar-se como frequentemente.

Vale ressaltar, que o estado são-tomense coopera ainda com o Banco Mundial e FMI no âmbito de financiamento de estudos, e formação dos quadros da Agência Nacional de Petróleo (ANP-STP), enquanto que o Fundo Monetário Internacional coopera no domínio macroeconômico do país, criando mecanismo para lidar com controlo de fluxos financeiros.

Nesse mesmo ponto de cooperação, São Tomé e Príncipe coopera com a Noruega no domínio da formação de quadros e trocas de experiências e também coopera no sector petrolífero com a República de Angola na realização de negócios no domínio da pesquisa e exploração petrolíferas tanto no território angolano como no território santomense.

Segundo o relatório da ITIE (2014) São Tomé e Príncipe deveria adotar alguns desafios na indústria extrativa petrolífera, como por exemplo, divulgar de forma clara e sistemática, as receitas que o Estado recebe e os pagamentos; demonstrar como esses tais fundos são geridos e aplicados; aumentar as medidas legislativas que aumentem a transparência e que façam com que parte das receitas sejam consignadas às comunidades locais e a projetos sociais beneficie a população.

Conforme consta no relatório de PNUD (2014), “muitos são os principais problemas para o não desenvolvimento do país, a instabilidade política, o problema da corrupção, a importância pelo respeito aos direitos humanos”. Do referido texto podemos retirar que:

[...] e na avaliação do nível de desenvolvimento humano de um país, devem ser tidos em conta, para além das múltiplas variáveis macroeconómicas, também o seu sistema político, o grau de respeito pela dignidade da pessoa humana, o acesso aos cuidados de saúde, justiça, educação, etc.

Vê-se do texto acima, que São Tomé e Príncipe tem que adotar medidas para reduzir as desigualdades sociais quanto ao acesso à justiça e ao direito, garantir a tutela efetiva dos legítimos interesses dos cidadãos e dos agentes económicos e melhorar a situação socioeconómica da população que se encontra na precariedade (muita pobreza), pois o país sofre de carência de quadros qualificados.

Por isso, que “se o desenvolvimento não elimina a pobreza absoluta, não propicia um nível de vida que satisfaça as necessidades essenciais da população em geral, ele não pode ser qualificado de sustentável ” (SILVA, 1994, p.07).

Outro aspecto importante a destacar é que há pouca parceria entre a sociedade civil e o governo, ou seja, há uma fraca participação cívica na gestão dos assuntos públicos, por isso o estado deve promover discussões públicas que permitam fomentar o diálogo quanto a pertinência e relevância do sector petrolífero (PNUD,2014).

A erradicação da pobreza e da fome constituem, sem dúvidas, um dos maiores desafios de São Tomé e Príncipe, por essa razão o governo deve criar políticas públicas no sentido de promover o crescimento económico e a eliminação da pobreza absoluta, bem como as desigualdades sociais extremas.

O orçamento público que é a lei anual que deve demonstrar todos os recursos públicos e sua origem, e especificar todas as despesas a serem realizadas, é um elemento da máxima importância para que se garanta, mediante controle, o direito da população aos recursos financeiros originários dos recursos petrolíferos, que é o foco deste trabalho.

É preciso, por isso, que os cidadãos acompanhem a proposta anual de orçamento e sua aprovação pelo legislativo, assim como sua execução.

Desta feita, podemos concluir que para o setor petrolífero são-tomense alcance melhores resultados de uma indústria petrolífera sã, competitiva, transparente, responsável e integrada no âmbito económico nacional é necessário respeitar os princípios de transparência e de boa governação e captar várias perspectivas públicas sobre questões orçamentais.

3.1 Aspectos Positivos e Negativos da Autoridade Conjunta de São Tomé e Príncipe e Nigéria

Além dos esforços do governo são-tomeense, para controlar devidamente as receitas petrolíferas, a obrigação do governo, com os princípios da transparência e responsabilização na administração, tem ficado infelizmente abaixo das expectativas.

Essa falta de sucesso remete-se má inspeção pública relativamente as licenças petrolíferas; a instabilidade política na época; e a corrupção nos leilões de ronda de concessão de licenças petrolíferas (SEIBERT, 1998, p.6-11).

O setor de petrolífero é o que acarreta mais riscos, mais perigos, mais dinheiro, mais especulação geopolítica, e para que haja bom desenvolvimento econômico mundial no setor petrolífero os países devem abrir os seus mercados e garantir direitos de propriedade e de estabilidade macroeconómica.

Quanto ao assunto, ensina PERROUX (1981, p.56) ao afirmar que: "o desenvolvimento pressupõe a expansão da atividade dos homens em relação aos homens pela troca de bens ou serviços e pela troca de informação e de símbolos."

São Tomé e Príncipe não está preparado para negociar acordos, especialmente com uma potência regional como a Nigéria, visto que há uma disputa entre eles pela fronteira marítima. O relatório da PNUD (2011) destaca que "a dependência económica em torno da extração de petróleo pode resultar em efeitos negativos, geradores de baixo crescimento económico e subdesenvolvimento humano".

A Declaração Conjunta de Abuja de junho de 2004 estabelece diretrizes de transparência a que todas as operações da ZDC devem aderir e promete adesão aos princípios da ITIE:

A transparência é fundamental para a boa governação e potencializa a capacidade dos nossos cidadãos de monitorar as atividades do governo em seu nome e é fundamental para o desenvolvimento e uso eficazes dos nossos recursos petrolíferos e gasosos.

Para esse fim, endossamos e adoptamos, conjuntamente, a seguinte declaração de princípios de regência das atividades da Zona de Desenvolvimento Conjunto compartilhada pela Nigéria e por São Tomé e Príncipe, e para fazer da Zona de Desenvolvimento Conjunto um modelo único de cooperação entre dois países africanos a trabalhar juntos para o desenvolvimento do sector petrolífero, a transparência, e a boa gestão de receitas petrolíferas.

No entanto, esse tratado não traz proveitos para São Tomé, visto que tem uma área que o estado são-tomense não pode adentrar, e alguns dos princípios da Declaração não estão a ser cumpridos pela Autoridade de Desenvolvimento Conjunto (ADC), nomeadamente ao nível da publicitação e transparência de contratos, e dos resultados das demonstrações financeiras.

Por seu turno, VINES (2010, p.15-18) comenta e afirma que “a segunda ronda de concessão de licenças, por exemplo, levantou questões na Nigéria relacionadas com a distribuição de pagamentos de bônus de assinatura. Isto é, os investigadores internacionais fizeram pesquisa e averiguaram que o governo Nigeriano não estava sendo transparente nas diretrizes de concessão de licenças, ou seja, havia um desequilíbrio no poder o que coloca São Tomé e Príncipe em desigualdade na transação”.

Isto quer dizer que os primeiros acordos assinados de exploração petrolífera, São Tomé e Príncipe saiu em desvantagem devido à pouca experiência dos governantes santomenses em negociar e outra é que em várias situações prevaleceram os interesses individuais acima dos interesses da do País. Ou seja, o governo devia tomar medidas corretivas que assegurem o cumprimento da Declaração de Abuja.

Dá-se a designação de bônus de assinatura “ ao pagamento feito de antemão ao país organizador pelo direito de desenvolver comercialmente um bloco antes de os trabalhos começarem ” (HUMANS RIGHTS, 2010, p.20)

Segundo relatório do FMI (2016, nº 16/175) Devido ao contrato de bônus de assinatura de quatros blocos na Zona de Desenvolvimento Conjunto em 2005, São Tomé e Príncipe recebeu a cerca de \$78 milhões de dólar. Resumidamente esclarece o conceito de bônus de assinatura o economista brasileiro PACHECO (2003, p.29):

O bônus de assinatura é um pagamento feito anteriormente ao início da exploração, com forte impacto econômico (redução na taxa interna de retorno), sendo o montante ofertado pela empresa vencedora da licitação para obtenção da concessão.

O bônus tem o seu valor mínimo estabelecido no edital de licitação do bloco e destina-se, em parte, à ANP para custeio de suas necessidades operacionais, determinadas em seu orçamento aprovado.

Para mesma linha sobre o provento de bônus de assinatura MENEZELLO (2009, p.209) esclarece que o pagamento do bônus de assinatura ocorre:

[...] independentemente de êxito ou malogro na exploração ou produção. É um pagamento inicial, devido pelo vencedor do certame licitatório, para garantir a obtenção da concessão, e que deverá ser efetuado integralmente no ato da assinatura do respectivo contrato. Assim, “os bônus de assinatura são devidos quando da assinatura de um contrato ou da outorga de uma concessão ou licença”. Seu principal objetivo é recuperar os custos governamentais decorrentes do processo.

Outro aspecto negativo dessa autoridade é que, a declaração de Abuja tem como objetivo resolver os problemas associados à má gestão e corrupção, mas por infelicidade o país sofre de carência institucionais, ou seja, ausência de eficiência política em cumprir os compromissos assumidos junto com Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE).

Com efeito ALERES FRANK²⁹ defende que “estado são-tomense atribui ao estado nigeriano o direito de exclusividade e de jurisdição sobre uma determinada área, em forma de triângulo, que a Nigéria vai explorar exclusivamente, sem que haja interferência da parte são-tomense, enquanto perdurar o acordo de exploração conjunta”.

Assevera ainda SIEBERT (2013.p.12) nessa mesma linha de raciocínio, ao afirmar que

[...] não vê a viabilização do sector petrolífero, por acreditar que: tecnicamente os blocos de exploração petrolífera não oferecem condições comerciáveis, e caso fossem já estariam sendo explorados desde do ano 2001, e que politicamente a gestão do dossiê têm sido feito com atropelos, que têm vindo a dificultar que todo o processo seja feito de uma maneira séria e transparente.

Além disso existe ressentimento do governo do Príncipe com o governo de São Tomé devido à ausência e a exclusão do governo regional do Príncipe na criação da Zona de Desenvolvimento Conjunta, no tocante a tomadas de decisões na Zona Econômica Exclusiva, ou seja, no momento das negociações nenhum ministro da ilha do Príncipe estava presente.

Por fim, os impactos que a indústria do petróleo tem em São Tomé e Príncipe são: com o acréscimo de comércio externo, vai haver "aumento das receitas financeiras do Estado, e consequentemente mais vagas de emprego, e desde modo a economia do país vai estar em melhoria.

3.2 Contribuição no Desenvolvimento econômico do País

Conforme o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), “a economia do país é extremamente dependente da ajuda externa, e 90% do seu orçamento é financiado através de empréstimos dos parceiros de desenvolvimento.

²⁹ Geólogo português, entrevista concedida pelo jornal STPpress, 2015. Acessado em 15/05/2016

A dívida externa é superior a 200 milhões de dólares o que coloca o país com alto risco de sobre endividamento e com elevada taxa de importação e a exportação.

Os principais recursos naturais são o cacau, café, óleo de palma, coco e petróleo, ou seja, 50% das receitas de exportação advêm das monoculturas de cacau, sementes de palma e café, e também pela indústria do turismo, embora o avanço é muito pequeno.

A indústria limita-se à transformação dos produtos agrários, todavia por outro lado, a indústria turística santomense tem um potencial considerável, e as entidades governamentais estão também optimistas em relação ao desenvolvimento dos recursos petrolíferos nas águas territoriais, ricas em petróleo no Golfo da Guiné (SEIBERT,2002, p.55)

STP é membro da CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central, e também é membro da Comissão do Golfo da Guiné (CGG) na qual STP ocupou o lugar de destaque de secretário executivo.

Aplicadas a boa governação e transparência as perspectivas futuras do estado santomense são: distribuição equitativa dos recursos, arranjar uma resposta para conflitos internos pelo poder, dado que uma gestão planeada, sustentável e concertada à medida das necessidades da população pode ser benéfica e trazer melhoria das condições de vida os seus cidadãos.

Desde modo, com o dinheiro dos contratos das rondas petrolíferas, o estado são-tomense financiou e investiu em bolsas de estudo, Universidades, creches, transportes e abastecimento de água.

Conforme os dados do Instituto Nacional de Estatística de STP (2014) “as companhias petrolíferas em cooperação com o estado são-tomenses arcaram com o dever patrocinar projetos sociais num montante de 1,1 milhões de dólares”.

Como já mencionado, São Tomé e Príncipe por ser pobre embora promissor em certos segmentos, vive muito exposto às ações de países mais desenvolvidos. Nesse ponto impende salientar importante lição LINS (2006) quando esclarece que “de todo modo, é difícil aceitar que, em termos geopolíticos, o quadro africano possa ter representatividade equivalente às dos processos em curso na Ásia Central e das necessidades energéticas no Extremo Oriente, vinculadas particularmente à trajetória da China. ”

A disputa do poder e os constantes conflitos institucionais dela motivada, deram lugar a um grande período de instabilidade política, institucional, económica e social no país.

A exploração do petróleo constitui atualmente uma expectativa, o qual o país poderá tirar vantagens num futuro próximo. Porém, tudo depende da forma como os mesmos recursos serão geridos.

Outrora não forem geridos de forma transparente e utilizados convenientemente para beneficiar os mais pobres e mais vulneráveis, “a exploração do petróleo poderá se transformar numa maldição e frustrar completamente as expectativas da população” (Humans Righths,2010).

Um dos critérios fundamentais no processo de reconhecimento de São Tomé como membro definitivo da ITIE é a necessidade de efetuar uma reconciliação entre os pagamentos declarados pelas empresas das indústrias extrativas com os recebimentos declarados pelas agências governamentais, sendo essa reconciliação executada por uma entidade independente, por isso a exploração do petróleo coloca igualmente um conjunto de preocupações e desafios ao desenvolvimento e estabilidade económica do país, tendo em conta a insuficiência do sistema jurídico e regulamentar e a fraca capacidade do sector público e privado.

Além disso, para que o estado são-tomense atinja esses objetivos, tem que adotar uma política setorial de desenvolvimento a curto e longo prazo respaldada na prática internacional e no conhecimento de outros países produtores.

Conforme ANP/STP (2006, p.7) “ a adopção de uma política setorial para o petróleo e gás, é condição “*sine qua non*” para um efetivo aproveitamento dos recursos existentes e a distribuição justa dos respectivos rendimentos”.

Essa política setorial é baseada nos principais desafios ligados ao petróleo e gás em São Tomé, como é o caso de gestão de recursos petrolíferos, vigilância de operações petrolíferas na zona económica exclusiva.

É necessário, que os cidadãos acompanhem a proposta anual de orçamento e sua aprovação pelo legislativo, assim como sua realização.

Verifica-se, no Orçamento de 2015 que o investimento definido para a educação é baixo em proporção com o total da receita anual prevista. Observa-se, ainda, que não consta no orçamento o ingresso de receitas de petróleo, fato que demandaria uma cuidadosa auditoria que poderia ser feita seguindo orientação de organismos não governamentais, como por exemplo, a International Budget Partnership-IBP, que disponibiliza um manual, A Guide to Conducting Social Audits in South Africa (www.internationalbudget.org).

De acordo com o mencionado Inquérito, “ o governo são-tomense fornece ao público poucas informações sobre o orçamento e muitas poucas oportunidades de participar no

processo orçamental, e que tanto o controlo orçamental por parte do corpo legislativo e por parte da instituição suprema de auditoria ambos são fracos” (Ver Anexo I³⁰).

Dessa maneira, podemos concluir que o nível atual de transparência é insuficiente para melhorar a governação e que a participação pública na orçamentação pode maximizar os resultados positivos associados a uma maior transparência orçamental.

Para que o país seja vencedor tem que ter uma estratégia eficiente de desenvolvimento que vai de acordo com a situação real do país, e que não encaminhe todos os esforços para um só setor. É necessário a dinamização e potencialização em outras as áreas que possam servir para o crescimento económico.

No entanto, esse objetivo é fundamental para o papel do governo, como é o caso de criar políticas que possam suscitar o interesse para o investimento interno e externo.

Políticas essas que devem se basear na preparação do orçamento de Estado e que deverão também ser mais explícitas na alocação das receitas para a região autónoma do Príncipe.

Vale salientar ainda, que os projetos sociais e bolsas de formação têm apresentado uma execução reduzida, por isso devem ser melhorados os mecanismos de acompanhamento e monitorização da execução destes montantes da arrecadação da receita petrolífera.

O jurista TINY (2005) acredita que para melhor eficiência deve haver a utilização dos recursos sociais de forma a satisfazer as necessidades da sociedade de forma o mais eficaz possível. ”

Nos últimos anos várias tentativas de golpe de estado, ocorreram em São Tomé e Príncipe, isto é, no período de 25 anos (1991 a 2016). São Tomé e Príncipe já conheceu 15 governos diferentes, o que dá uma média de aproximadamente, um ano e meio no poder para cada governo. (TINY,2010, p.15)

Neste sentido, o estado santomense deve promover reformas democráticas duradouras para a estabilidade no país, isto é, partidos políticos quando chegam ao governo, não conseguem dar continuidade a projetos de outra força política só porque não são de mesmo partidos políticos.

Assim seja qual for o incremento do petróleo na economia são-tomense, “o estado são-tomense precisa conciliar a sustentabilidade dos seus projetos de produção de petróleo e seu impacto no ambiente” (BOLETIM,2006).

³⁰ O Inquérito sobre o Orçamento Aberto de 2015: Relatório Global. Disponível em: <<http://www.internationalbudget.org/>> acessado em 21/08/2016

Isto é, com “base na lei do ambiente do país em consolidação com a lei das operações petrolíferas impõe as empresas petrolíferas fazerem antes um estudo do impacto ambiental e depois coletar os dados sísmicos do país” (TINY,2010, p.6).

O estado santomense deve garantir aos seus cidadãos um bom desenvolvimento socioeconómico em harmonia com meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Nessa perspectiva, nas palavras de PERROUX (1981) “o desenvolvimento só será alcançado quando houver uma interação entre os recursos humanos e naturais. Sendo o capital humano importante no desenvolvimento de um território³¹”

É importante lembrar, que um dos princípios que devem ser cumpridos pelo país que apresenta candidatura para enquadrar-se na ITIE, é o compromisso de utilizar os recursos resultantes da exploração dos recursos petrolíferos na redução da pobreza e no desenvolvimento da educação.

Por certo tudo fará STP para evitar novo fracasso quanto à sua nova candidatura à ITIE porque, entre outros motivos, há o interesse económico do país em demonstrar aos investidores externos que possui estrutura legal e instituições que proporcionam segurança jurídica, gerando confiança aos investidores quanto à continuidade dos negócios e contratos, com igualdade de tratamento, sem favorecimento a determinadas empresas.

Em outras palavras, podemos dizer que o governo são-tomeense deve criar um ambiente que incentive o investimento na economia, e igualmente deve promover a participação das empresas nacionais nos projetos petrolíferos enquanto durar o ciclo produtivo do petróleo.

Conforme o relatório da ITIE (2014) “o governo santomense deve garantir uma adequada e tempestiva realização e monitorização dos projetos sociais”.

E a integração dos jovens no mercado de trabalho é dificultada pela ausência de uma política nacional de emprego e de formação profissional, que por sua vez, coloca um desafio para a estabilidade política e prosperidade económica.

Verifica-se que a sustentabilidade é integração para assegurar uma melhor qualidade de vida social, ambiental e cultural. Isto é, o Estado são-tomense deve investir em outras áreas mais importantes, como a educação, a saúde, turismo e atividade agrícola que são fundamentais no processo de mudança.

³¹ Defende a teoria funcionalista do desenvolvimento; onde o desenvolvimento, surge quando as regiões estão economicamente viáveis, onde os polos de crescimentos tornam a força motriz para o desenvolvimento de uma região. Atração de benefícios económicos faz com que desenvolva novas atividades.

E com isso, economia são-tomense pode atingir um alto nível de desenvolvimento e assim contribuir para a erradicação da pobreza que é a primeira e principal prioridade.

Nas palavras de SANTO (2009), “os fatores que proporcionam o aumento da pobreza no país é o acesso restrito a água potável, a subnutrição os baixos salários que restringem a vida dos santomenses a um efetivo nível de vida”.

Portanto podemos concluir que, após a descoberta das reservas de petróleo, ocorreu uma conscientização da população de que suas condições econômicas e sociais deveriam melhorar, pois os recursos naturais aos cidadãos pertencem. Assim, desde aquele momento, os governos vêm sendo pressionados a investir no atendimento dos direitos sociais, e a legislação que surgiu, por força da necessidade de estabelecer normas legais capazes de garantir segurança jurídica e sustentabilidade das instituições, possibilitou maior controle pelos cidadãos.

O caminho aberto aos cidadãos Sãotomenses está no início, mas pode-se afirmar que é possível andar mais rápido, mediante participação da sociedade civil, especialmente com pressão social e política da juventude e das mulheres, no sentido de um efetivo controle dos recursos financeiros e de sua aplicação, no interesse da população.

3.2. Perspectivas Políticas e Socioeconômicas do País

Relativamente à sua posição geográfica é evidente que São Tomé e Príncipe deve assumir uma posição de destaque no que toca à região subsaariana, tornando-se, assim, a longo prazo um ator estratégico na construção de parcerias com os países da região.

No entanto, para que país tenha um desenvolvimento sustentável é necessário criar metas e estratégias que estejam ligadas com outras áreas, não só petrolífera, mas também educacional, ambiental, cultural e social a médio prazo.

A Constituição de São Tomé e Príncipe não estabelece como objetivos principais do Estado a redução e eliminação da pobreza, nem prevê o mínimo existencial como princípio constitucional, embora garanta o direito à saúde e à educação.

No entanto, mesmo que o mínimo existencial não seja expressamente previsto na Constituição, os cidadãos perceberam que não bastavam as garantias formais de liberdade, mas é preciso que os recursos que se originam do petróleo sejam efetivamente empregados em projetos e ações do Estado que propiciem as condições materiais para que as pessoas possam de fato exercer os seus direitos de cidadão, de forma integral, para uma vida digna.

Um sinal de que há preocupação nesse sentido, que para entrar em vigor em 2016, o

governo são-tomense, pela primeira vez, criou um salário mínimo, que ainda é muito baixo, menor que cinquenta euros, mas indica que a população está a exigir tais medidas sociais.

O sistema judicial são-tomense é caracterizada por falta de eficácia e de imensos contratempos, uma vez que vários dirigentes políticos são indiciados por crimes de corrupção, e a maioria nunca chega nem ao tribunal. Isto é, a famosa frase de que “todos os cidadãos são iguais e têm os mesmos direitos e deveres perante a lei” tem pouco juízo de valor no País, visto que a corrupção é um grave mal que impede o desenvolvimento social do país, dado que já encontra enraizada no sistema político.

Sobre esse assunto é necessário “garantir o real e efetivo funcionamento dos tribunais, modernizar a administração pública, combater seriamente a corrupção, de modo a garantir uma sociedade mais justa, democrática, onde reina a confiança e esperança num futuro melhor.” (PNUD,2013)

A análise aqui realizada, leva a afirmar-se, que toda essa estrutura jurídica e institucional deveria, porém, ser mais efetivamente implementada. E, para isso, a participação dos cidadãos é essencial e indispensável, seja diretamente, requerendo informações aos órgãos públicos e empresas, apresentando denúncias ao Tribunal de Contas, e ingressando com ações judiciais, seja através de organizações não governamentais, e através de participação política, visto que os representantes eleitos pelo povo é que poderão aperfeiçoar a legislação.

A pobreza é uma das causas e consequência do atraso socioeconómico de São Tomé e Príncipe e a sua causa está ligada a falta de criação de emprego, ao baixo poder de compra, resultante da alta inflação e da má gestão dos recursos públicos.

Não obstante essas questões apontadas, o orçamento de 2015 contém um demonstrativo dos gastos e investimentos feitos com objetivo específico de redução da pobreza, o que indica, num exame preliminar, notar-se que, de 2005 a 2014, houve alguma redução da pobreza. Porém, a pobreza continua muito elevada, como se verifica no Relatório do FMI (2015) onde consta a seguinte informação a respeito da pobreza em STP:

A implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza de 2012 (ENRP II) tem sido priorizada, mas a taxa de pobreza mantém-se alta, em 66%. No recém-publicado relatório de avaliação da implementação da ENRP II de 2012–13, o governo reconhece que a redução das taxas de pobreza desde 2000 foi marginal e o crescimento económico ficou aquém da taxa anual de 6%, considerada mínima para uma melhoria significativa das condições sociais. A deficiente implementação da ENRP II foi atribuída sobretudo à falta de recursos financeiros, que não se materializaram como previsto, e à instabilidade governamental. Atualmente, o governo está a trabalhar

numa estratégia de desenvolvimento nacional atualizada para substituir a ENRP II após o seu termo, em 2016.

É preciso, de qualquer forma, observar que, após a descoberta das reservas petrolíferas, da celebração do Tratado de exploração conjunta, do aperfeiçoamento da estrutura legal e institucional, entre outras medidas adotadas pelo país, a população adquiriu mais consciência das possibilidades econômicas e dos seus direitos ao acesso.

O Relatório PNUD de 2014 mostra que a sociedade civil, e principalmente a juventude estão cada vez mais desenvolvendo iniciativas na defesa desses direitos.

STP possui quadros formados, porém regista-se ainda a falta de mão-de-obra qualificada a fim de ligar os programas nacionais de emprego à construção e ao sector petrolífero. (ITIE)

Neste contexto, torna-se necessário investir no capital humano, o que implica melhoria da capacitação técnica e profissional dos jovens, para que os mesmos participem no desenvolvimento do país.

Outro indicador negativo está no setor de saúde de São Tomé e Príncipe que sofre de graves problemas, como é o caso de falta de médicos, dado que, país só tem “um único centro hospitalar”, a falta de medicamentos, as baixas condições de trabalho e combate as grandes endemias “paludismo”.

Outra aposta do país é investir mais no turismo de qualidade e sustentável, que é fundamental para o desenvolvimento do país, uma vez que poderá desempenhar no futuro mais empregos, melhoria das condições de vida, saneamento básico, infraestruturas.

Nas palavras de ALARCÃO (2013)

São Tomé e Príncipe surge no panorama internacional como um país dotado que reúne condições propícias à promoção do turismo ecológico, verde e sustentável, uma vez que apresenta potencialidades únicas, ao nível dos ecossistemas, fauna, flora, gastronomia, cultura.

São Tomé e Príncipe reúne todas as condições para que torne um destino turístico de qualidade³². Isto é, através de estratégias que possam atrair os turistas. Ou seja, todas as capacidades que existe em São Tomé e Príncipe sensível de gerar riqueza e contribuir para a melhoria das condições de vida dos santomenses o governo são-tomense deve apostar.

³² A ilha do Príncipe foi considerada reserva mundial da biosfera pela Unesco em 2013

Diante de todo o exposto, conclui-se que é possível, assim, evitar-se a dita maldição do petróleo, de um lado, fortalecendo as instituições, efetivando mecanismos de transparência, coibindo-se a corrupção, mas, de outro, investindo-se em educação e saúde, para que os cidadãos tenham efetivas condições de participar da fiscalização e contribuir para o desenvolvimento econômico em outras áreas empresariais.

Essa expectativa que o Estado são-tomense tem que com arrecadação de receitas petrolíferas possam modificar o país, diminuindo o índice da pobreza, desemprego, melhorar a educação, saúde, e torná-la dignas e com qualidade, faz com que o São Tomé e Príncipe seja um exemplo de nação que luta pelo progresso, na crença que com a exploração do petróleo o país vai assim evoluir.

O Desenvolvimento sustentável só ocorrerá se o princípio da Transparência e Boa Governança for efetivado e garantido.

4. CONCLUSÃO

São Tomé e Príncipe foi um dos países mais esquecidos do mundo, mas isso mudou-se repentinamente com a descoberta do petróleo.

Com a sua procura mundial e o seu consumo excessivo poderá levar a uma grande crise mundial no futuro, uma vez que é um recurso não renovável, e muito vulnerável nas variações de preço, e de modo consequente vai ser acompanhado por desequilíbrios financeiros à escala internacional. Em vista disso, na geopolítica do petróleo aqueles que consomem em grande quantidade e também os que têm em grandes reservas de petróleo, são considerados atores geopolíticos. Como é o exemplo, dos Estados Unidos de América, China e os membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo.

As possibilidades de existência de petróleo em águas definidas como zona económica exclusiva santomense, levaram o seu poderoso vizinho nigeriano a definir as suas fronteiras marítimas e assinar com São Tomé e Príncipe um Tratado que regula a exploração conjunta dos recursos existentes na chamada Zona de Exploração Conjunta. Foi assim constituída uma Autoridade Conjunta que faz a gestão dos recursos existentes na referida Zona.

Através da análise feita neste trabalho, conclui-se que o Tratado que estabeleceu uma Zona de Exploração conjunta, o resultado está sendo positivo, gerando possibilidades de exploração com maior segurança para as empresas interessadas, pois o Tratado permitiu a soma de conhecimento, controle e esforços dos dois países signatários, gerando também segurança jurídica para preservar um ambiente económico estável às empresas.

Também permitiu verificar que a legislação em vigor, estabelecendo o regime jurídico para contratos e licenças petrolíferas atende aos requisitos exigidos pela ITIE. Também deve-se registrar que as leis que disciplinam a aplicação de recursos originários da exploração dos recursos petrolíferos, incluindo-se os bônus de assinatura, instituíram mecanismos de controle, transparência e responsabilização que permitem às autoridades e aos cidadãos o devido controle sobre esses recursos financeiros. Embora o petróleo em São Tomé e Príncipe está em fase de prospecção, sem data precisa para o início da produção, e é um de muitos recursos que São Tomé e Príncipe possui, e se bem utilizado e aproveitado poderá contribuir para o desenvolvimento do país.

A deficiência do governo em atender as exigências democráticas de transparências financeiras e de controle, conforme exigia ITIE Iniciativa para Transparência resultou na sua retirada da lista em 2010, o que foi grande fracasso.

Todavia, o país recandidatou em maio de 2012, tendo sido admitido como país candidato em regime transitório. Isso demonstra que o Governo de São Tomé e Príncipe está fortemente comprometido com a transparência em toda a gestão pública, em particular, na gestão das receitas petrolíferas.

No âmbito da implementação da Iniciativa, o país comprometeu-se assim em publicar anualmente um relatório de reconciliação de pagamentos e recebimentos resultantes das atividades petrolíferas.

A indústria extrativa em São Tomé e Príncipe tem estado orientada para os resultados que venham a surgir do setor petrolífero, e a contribuição da indústria petrolífera para o sistema fiscal e para a arrecadação de receitas exclusivamente tributárias tem sido muito baixa.

Os governos são-tomenses têm recebido bônus petrolíferos desde 2005, através da assinatura dos contratos de prospecção de uma determinada área, que são celebrados com companhias petrolíferas.

É necessário, no entanto, aperfeiçoar os mecanismos de controle, transparência e fiscalização, tendo em vista sempre o objetivo de garantir a obtenção de recursos financeiros pela exploração dos recursos petrolíferos e, também, garantir que eles sejam utilizados em benefício de toda a sociedade.

A prospecção de petróleo pode trazer benefícios para a economia do país, porém até à data presente, os fluxos monetários provenientes têm-se limitado a bônus petrolíferos e apoios nas áreas da saúde e educação.

Por isso, pelo já exposto, o governo Sãotomense assinou a ITIE e teve sua nova candidatura aceita pela ITIE "Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas, e firmou um acordo com o governo nigeriano no âmbito da declaração sobre a transparência e boa governação no setor petrolífero, assinada em Abuja pelos dois respectivos Chefes de Estado

Assim, para garantir esses compromissos, o estado santomense deve adotar o exercício da boa governação, fazer a distribuição equitativa dos recursos, arranjar uma resposta para conflitos internos pelo poder, especialmente no que diz respeito à corrupção, melhorar os mecanismos de ajuda externa, fazer mais utilização dos recursos naturais para o progresso do país.

É fundamental realçar que o desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe não deve focar-se apenas no petróleo, mas também noutras áreas que o país dispõe, como o investimento no turismo, e que principalmente, esteja presente o princípio de boa governança

e uma gestão transparente, e políticas eficazes para combater a pobreza. Dado que só com uma participação ativa e transparente de todos os santomenses, se poderá chegar ao desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALEX, Vines. **Artigo de Human Rights Watch. “Um futuro incerto dos contratos petrolíferos e a reforma estagnada em São Tomé e Príncipe”**. p.16-17. Agosto 2010.

ALARCÃO, Nuno. **O turismo como forma de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe**, Instituto Superior da Ciência do Trabalho e da Empresa, Centro de Estudos Africanos, Lisboa.2013.

ALVEAL, Carmem. **Evolução da indústria de petróleo: nascimento e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: COPPEAD-IE/UFRJ, p.25. 2003

BARROS, Evandro Vieira de. **A matriz energética mundial e a competitividade das nações: bases de uma nova geopolítica**. Ed. Engevista. Rio de Janeiro. p.47-56. Junho. 2007.

BRITO, Marco. SANTOS, Edmilson. ROUSSEAU, Isabelle. NAVA, Pablo: **A dialética da segurança energética e a interdependência das nações: reflexões focadas no papel do petróleo e na dimensão brasileira**. Ed. Mauad Ltda. Rio de Janeiro. p.27. 2012.

BERGIER, Jacques. **A Guerra secreta do petróleo**. Ed. Hemús Ltda. pp.1-38. 1975.

CHANDLER, Alfred. **Scale and scope: the dynamics of industrial capitalism**. Cambridge: Harvard University Press. p. 34.1990

CLAES, Dag Harald. **The politics of oil producer cooperation**. Oxford. p. 47.2001

COELHO, Fábio Ulhôa. **Direito Antitruste Brasileiro**. São Paulo. Saraiva. p.5.1995

COELHO, Wladimir. **Artigo Petróleo e poder económico**. pp.5. Publicado 16/05/2014. Diário Liberdade

CRUZ, Carlos Benigno. **São Tomé e Príncipe do Colonialismo à Independência**. Lisboa. Ed. Moraes, p.45. 1975.

ESCORREGA, Luís Carlos Falcão. **Estratégia Americana para a África: A importância do Golfo da Guiné**. Revista Estratégia. p.10. 2010

FUSER, Igor. **O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)**. p.37. 2005. Dissertação. Campinas (UNICAMP).

GABAGLIA, Carlos Penna. **O Estado do Planeta: Sociedade de Consumo e Degradação Ambiental**. Rio de Janeiro. Record. p.45. 1999

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: UnB. pp.257. 2002.

KLARE, Michael. **Rising powers, shrinking planet – The new geopolitics of energy**. New York: Metropolitan Books, Henry Holt, p.146-147.2008

LINS, Hoyêdo Nunes. **Energia e geopolítica. Atualidade Econômica**. UFSC/CSE Departamento de Ciências Econômicas, Florianópolis, ano 18, n. 49, p.10-19. 2006. Janeiro/Julho. 2006. Acessado em: 04/05/2016

MAZRUI, Ali A. e WONDJI, Christophe. História Geral, VIII: África desde 1935. Brasília. Unesco. pp.126-134. 2010.

Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>> acessado em 14/11/2015

MENEZELLO, Maria d'Assunção Costa. **Comentários à lei do petróleo – lei federal nº 9.478, de 6-8-1997**. São Paulo, Ed. Atlas. p.219. 2009.

MONIÉ, Frédéric. **Petróleo desenvolvimento e dinâmicas espaciais na África Subsaariana**. p.201. 2012.

Disponível em: <http://www.uece.br/mag/dmddocuments/livro.pdf>>. Acessado em 27/04/2016

NASCIMENTO, Augusto. **Atlas da lusofonia: São Tomé e Príncipe**.p.35. Ed. Prefácio Lisboa.2008.

OLIVEIRA, Jorge Eduardo da Costa: **A economia de São Tomé e Príncipe**. O Instituto de investigação científica e tropical. Cooperação Portuguesa. Lisboa. p.35. Setembro de 1993

ODELL, Peter R. **Petróleo e o poder Mundial**. pp.1-160. 1970

PACHECO, Carlos Augusto Góes. **A aplicação e o impacto dos royalties do petróleo no desenvolvimento econômico dos municípios confrontantes da bacia de Campos**. Monografia – Bacharelado em Economia. Rio de Janeiro-RJ, IE/UFRJ, p.29. ago.2003.

PENNA, Ilmar Marinho Junior. **Petróleo: Soberania e desenvolvimento**. Rio de Janeiro. pp.1-100.Ed. Bloch. 1970.

PENNA, Ilmar Marinho Junior. **Petróleo política e poder**. Rio de Janeiro. José Olympio. pp.5-100 1989

PERROUX, François. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. p.56.1981

PINTO, Manuel De Rosário. **Relação do Descobrimento da Ilha de São Tomé**. Lisboa: Centro de História de Além-Mar. Universidade Nova de Lisboa. p.10. 2006

PIQUET, Rosélia. SERRA, Rodrigo. **Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas**. 1ª ed. Rio de Janeiro. P.15-33. 2007

PRUGH, Thomas. FLAVIN, Christopher. SAWIN, Janet L. **Mudando a economia do Petróleo**. Ed. Cairú. Cap. 6. p.115-139.2005

REVISTA, **Agencia Nacional de Petróleo**, nº 5. p.5. 2006

SANTO, Armindo Ceita Espirito. **Problemas e Perspectivas para o seu Desenvolvimento**. Lisboa: Edições Colibri. 2009.

SEIBERT, Gerhard. **Instabilidade política, crise económica no microestado insular**, p.6.Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Oficina do CES.1998.

YERGIN, Daniel. **O petróleo: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. Ed. Paz e Terra. São Paulo. pp.5-100. 2010.

ZUCATTO, Giovana Esther. BAPTISTA, Michele Baptista. **Pirataria no golfo da guiné**. Ed. UFRGSMUN. ISSN: 2318-3195. v.2. pp.534- 539. 2014

SITES CONSULTADOS

1. Fundo Monetário Internacional (FMI)

<<http://www.imf.org/external/index.htm>>

Relatório do FMI n. 15/96, de julho 2015, p.5. Disponível em:

<<https://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2015/cr15196p.pdf>> Acessado em: 21/08/2016.

2. Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

<<http://www.undp.org/>>

3. Instituto Nacional de Estatísticas de São Tomé e Príncipe.

<<http://www.ine.st/>>

4. The International Budget Partnership

<www.internationalbudget.org/opening-budgets/open-budget-initiative/open-budget-survey/>

5. Centro de Integridade Pública de São Tomé e Príncipe

<<http://cipstp.st/?p=805>>

6. 2º Relatório ITIE 2014

<<http://www.min-financas.st/index.php/pt/pub-itie/file/1108-first-report-2003-2013-nigeria-sao-tome-and-principe>>

<<http://min-financas.st/index.php/pt/pub-itie>>

7. Relatório nacional. Preparação à terceira conferência internacional sobre o desenvolvimento sustentável dos pequenos estados insulares em desenvolvimento, Ápia, Samoa. 2014

<<https://sustainabledevelopment.un.org>>

8. Relatório nacional de desenvolvimento humano em são tome e príncipe.2014. Disponível em:

<[http://www.undp.org/content/dam/sao_tome_and_principe/docs/Rapport%20STP/RESUMO%20-%20\(RNDH%202014\).pdf](http://www.undp.org/content/dam/sao_tome_and_principe/docs/Rapport%20STP/RESUMO%20-%20(RNDH%202014).pdf)> acessado em 21/08/2016

10. PNUD. “Preparação à terceira conferência internacional sobre o desenvolvimento sustentável dos pequenos estados insulares em desenvolvimento, Ápia, Samoa. 2014. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org>>

<<http://www.internationalbudget.org/wp-content/uploads/OBS2015-CS-SaoTome-Portuguese.pdf>>

11. TINY, Kiluange. Artigo da Juristep “Um futuro incerto “Contratos petrolíferos e reforma estagnada em São Tomé e Príncipe. p.7-9. 2010

<<http://webeto.org/noticias.htm>>

<<http://www.juristep.com/>>

ANEXOS

I- Inquérito sobre o Orçamento Aberto 2015 de São Tomé e Príncipe